



MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA  
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

# *Grooming Sexual Online: Modalidades, Motivações, Estratégias e Dinâmicas De Aliciamento De Menores*

Cristiana Isabel Sá Barbosa

**M**

2018



**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

***GROOMING SEXUAL ONLINE: MODALIDADES, MOTIVAÇÕES,  
ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DE ALICIAMENTO DE MENORES***

**Cristiana Isabel Sá Barbosa**

Outubro, 2018

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do  
Porto, orientada pela Professora Doutora ***Celina Manita*** (FPCEUP).

## AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Celina Manita pela orientação e por todo o contributo dado para a realização deste trabalho.

À Dra. Margarida Matias pelo apoio e auxílio na recolha da amostra.

Aos participantes, pois sem eles não teria sido possível a concretização deste estudo.

Aos meus pais, por me darem a possibilidade de me desenvolver como profissional e como pessoa, por acreditarem em mim, pelo seu amor incondicional.

À minha irmã, a minha companhia longe de casa e companheira de aventuras, pela motivação, pelo carinho, por toda a ajuda, por nunca duvidar.

À minha restante família por todo o suporte e afeto.

Ao Nelson, pelo amor, paciência e amparo, por ser o meu refúgio, por formar comigo uma equipa e juntos construirmos o futuro.

À Nita, à Marina e à Lucie por alegrarem os meus fins de semana.

À Joana, Sara e Mariana, pela amizade, pelo carinho, pelos momentos, pelas boas memórias criadas, por terem sido fundamentais ao longo de todo este percurso.

Às desviantes, Rute, Rita e Márcia pelo companheirismo, pelas partilhas e alegria.

A todos/as aqueles/as com quem me cruzei neste trajeto e que o tornaram mais rico.

A todos os professores/as que contribuíram para a minha formação enquanto profissional.

À FPCEUP por, durante 5 anos, ter sido a minha segunda casa.

## Resumo

O *grooming* sexual surge descrito na literatura como um processo que tem como objetivo preparar a criança, os adultos significativos e o ambiente circundante para o estabelecimento de uma relação que venha a permitir, no futuro, a concretização de algum tipo de comportamento abusivo de cariz sexual. Através deste, o sujeito pretende aceder ao menor, praticar o ato abusivo contra este e evitar a revelação. Com o desenvolvimento das plataformas de comunicação via Internet, surgiu uma variante do fenómeno, designada por *grooming* sexual *online*, onde não existem fronteiras geográficas e a proximidade física com as vítimas não é um pré-requisito. Este é um fenómeno recente e em expansão, sendo escassa a produção científica sobre ele, sobretudo a nível nacional.

A presente investigação possui um cariz exploratório, tendo como principal objetivo o conhecimento aprofundado do processo de *grooming*. Visa-se aceder às motivações dos ofensores e explorar procedimentos de seleção das vítimas, assim como possíveis estados preparatórios, dinâmicas e estratégias envolvidas na interação. Para tal, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, utilizando-se a entrevista semiestruturada e a análise documental como métodos de recolha de dados. Como participantes optou-se por recorrer a “informantes privilegiados”, incluindo a nossa amostra 4 ofensores do sexo masculino, 2 entrevistados face-a-face e 2 envolvidos em diálogos sexualizados mantidos online com menores de idade, e 1 vítima do sexo feminino, que foi também entrevistada. As transcrições, quer das entrevistas, quer dos diálogos mantidos online, foram submetidas a uma análise de conteúdo, com construção de uma grelha de análise categorial do tipo semântico.

A análise, integração e interpretação dos resultados permitiu distinguir duas abordagens distintas, uma muito direta e avançando quase imediatamente para a abordagem de temáticas sexuais, sem preocupação de sedução ou de criação de uma relação com as vítimas, e uma que se considerou corresponder a um processo de *grooming* mais complexo. Nesta, ocorre o desenvolvimento de uma ligação afetiva com a vítima, com o sujeito a adotar um conjunto de estratégias que têm por base a criação e manutenção de um vínculo relacional. O fenómeno de *grooming* revelou-se dinâmico e diversificado, com um vasto espectro de possibilidades de ação para os *groomers*, o que dificulta a definição de etapas ou estádios. Foram identificadas diversas motivações, estratégias, racionalizações e dinâmicas associadas a estes comportamentos, apresentadas e discutidas nesta dissertação.

**Palavras-Chave:** Abuso Sexual; *Grooming* Sexual; Internet; *Grooming Online*; Estratégias.

## **Abstract**

Sexual grooming is described in the literature as a process aimed to prepare the child, significant adults and the surrounding environment for the establishment of a relationship that will allow, in the future, the perpetration of some kind of abusive sexual behavior. Through this, the subject intends to access minors, engage in the abusive act and avoid disclosure. With the development of Internet, a new variant of the phenomenon has emerged, known as online sexual grooming, where there are no geographic boundaries and physical proximity to the victims is not a prerequisite. This is a recent and expanding phenomenon and the scientific production is still very scarce, especially at the national level.

The present investigation has an exploratory nature, having as its main goal the in-depth knowledge of grooming by Portuguese perpetrators. Thus, it aims to access the motivations of offenders and to explore procedures for selecting the victims, as well as possible preparatory states, dynamics and strategies involved in the interactions. For this purpose, a qualitative methodology was applied, using semi-structured interviews and documental analysis as data collection methods. As participants, we opted to resort to “privileged informants”, including in our sample 4 male offenders, 2 face-to-face interviewees and 2 involved in online sexualized dialogues with minors, and 1 female victim, who was also interviewed. The transcripts, both from the interviews and from the dialogues held online, were submitted to a content analysis, with the construction of a grid of categorical semantic analysis.

The analysis, integration and interpretation of the results allowed distinguishing two distinct approaches, a very direct and almost immediate approach of sexual themes, without concern for seduction or creation of a relationship with the victims, and another approach, corresponding to a more complex grooming process. In the latter one, there is a development of an affective link with the victim, with the offenders adopting a set of strategies that are founded on the creation and maintenance of a relational bond. The phenomenon is dynamic and diverse, with a wide spectrum of possibilities of action by the groomers, which does not allow the establishment of a sequence of steps. Several motivations, strategies, cognitive distortions / rationalizations and dynamics associated with the grooming behaviors are identified, presented and discussed in this dissertation.

**Keywords:** Child Sexual Abuse; Sexual Grooming; Internet; Grooming Online; Strategies.

## Résumé

Le *grooming* sexuelle, ou toilettage sexuelle, apparaît décrit dans la littérature comme un processus qui vise à préparer l'enfant, les adultes significatifs et le milieu environnant pour l'établissement d'une relation qui permettra, à l'avenir, la mise en œuvre de certains types de comportements abusifs de nature sexuelle. Grâce à cela, les individus essaient d'accéder aux enfants, de pratiquer des comportements abusifs contre ceux-ci et d'éviter la révélation. Avec le développement de l'Internet, une nouvelle variante de ce phénomène, appelé *grooming* sexuelle *online* s'est développée, où il n'y a pas de frontières géographiques et où la proximité physique des victimes n'est pas une condition préalable. Il s'agit d'un phénomène récent et en pleine croissance, avec une réduite production scientifique à ce sujet, en particulier au niveau national.

Notre recherche a un caractère exploratoire, ayant comme objectif principal la compréhension approfondie du processus de toilettage par les offenseurs. Elle vise à connaître les motivations des délinquants, les procédures de sélection des victimes, ainsi que la compréhension des états préparatoires possibles, dynamique et stratégies impliquées dans l'interaction. À cette fin, on a eu recours à une méthodologie qualitative, à l'aide des entrevues semi structurées et de l'analyse documentaire. Nous avons choisi de recourir à des « informateurs privilégiés », notre échantillon compris 4 délinquants de sexe masculin, 2 interviewés face à face et 2 impliqués dans des dialogues sexualisés tenue en ligne avec des mineurs, et 1 femme victime, qui était aussi interviewé. Les transcriptions des entretiens et des dialogues, ont été soumises à une analyse de contenu du type sémantique, avec la construction d'une grille d'analyse catégorielle.

L'analyse, l'intégration et l'interprétation des résultats nous a permis de distinguer deux approches distinctes, une axée sur les thèmes sexuels, sans un processus de séduction ou création d'un lien avec les victimes, et une correspondant à un processus de *grooming* plus complexe. Le phénomène est dynamique et basé sur une grande diversité, il existe un large éventail de possibilités d'action des *groomers*, ce qui ne permet pas d'établir une séquence d'étapes. Différentes motivations, stratégies, distorsions cognitifs, rationalisations et dynamiques ont été identifiées associées à ces comportements de *grooming*; ils sont présentées et discutées dans cet essai.

**Mots-clés:** Abus sexuel de mineurs; *Grooming* Sexuelle; Internet; *Grooming Online*; Stratégies

## **Abreviaturas**

**WHO** – *World Health Organization* (Organização Mundial de Saúde)

**UNICEF** – *United Nations Children's Fund* (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

**GEAV** – Gabinete de Estudos e de Atendimento a Agressores e Vítimas

**DGRSP** – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Enquadramento Teórico-Conceptual .....</b>	<b>3</b>
1. O Abuso Sexual de Menores e o Processo de <i>Grooming</i> .....	3
2. A Internet e o <i>Grooming</i> Sexual .....	6
3. O <i>Grooming</i> Sexual <i>Online</i> .....	8
<b>Estudo Empírico .....</b>	<b>18</b>
1. Método .....	18
1.1. Objeto e Objetivos .....	18
1.2. Metodologia de Investigação .....	18
1.3. Método de Recolha de Dados .....	19
1.4. Participantes.....	20
1.5. Método de Análise de Dados .....	21
2. Descrição dos Resultados .....	22
2.1. Utilização da Internet.....	22
2.2. Modus Operandi .....	23
2.2.1. Proteção da Identidade .....	23
2.2.2. Seleção das Vítimas .....	23
2.2.3. Interação.....	24
2.3. Perceções e Significados.....	29
2.3.1. Perceções Relativas ao Outro Lado .....	29
2.3.2. Perceções Acerca do Próprio Comportamento .....	30
2.3.3. Cognições e Racionalizações .....	30
3. Discussão dos Resultados .....	31
<b>Conclusões .....</b>	<b>38</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>40</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>46</b>

## **Índice de Anexos**

<b>Anexo 1 – Termo de Consentimento Informado.....</b>	<b>46</b>
<b>Anexo 2 – Guião de Entrevista (Ofensores) .....</b>	<b>47</b>
<b>Anexo 3 – Guião de Entrevista (Vítimas) .....</b>	<b>49</b>
<b>Anexo 4 – Grelha de Análise de Conteúdos dos Dados .....</b>	<b>50</b>

## Introdução

O abuso sexual de crianças está presente em toda a história da humanidade, variando a percepção social entre a negação de tal ocorrência e a sua aceitação (Deblinger & Heflin, 1995). A visão da sociedade sobre este tem vindo a alterar-se nas últimas décadas, sendo que, a partir do final de 1970, observou-se um aumento do interesse de várias áreas que procuraram compreendê-lo e preveni-lo (Haugaard, 2000; Kinnear, 2007). Atualmente, existe a preocupação de criar medidas que permitam legislar todas as formas de violência sexual contra os menores e evitar a sua vitimização (UNICEF, 2014).

A variedade de contextos onde o abuso pode ocorrer é ampla, sendo que a evolução nas tecnologias de informação e comunicação veio aumentar as possibilidades (Kloess, Beech, & Harkins, 2014). É hoje evidente que a Internet é usada por alguns sujeitos para praticar ofensas sexuais contra os menores (Davidson *et al.*, 2011), tendo esta alterado o processo de *grooming* sexual. Este diz respeito às ações levadas a cabo pelos ofensores, que têm como propósito criar as condições necessárias para cometer a ofensa sexual contra a criança e evitar a revelação (Craven, Brown, & Gilchrist, 2006; McAlinden, 2006). As plataformas de comunicação transformaram o *grooming* ao possibilitarem o acesso a um maior número de vítimas, o aumento da janela de oportunidade para o estabelecimento de contacto e ao tornarem os menores mais vulneráveis (O'Connell, 2003).

O *grooming* sexual *online* tem sido alvo de investigação nos últimos anos, com o intuito de se perceber quem são os ofensores sexuais e quais as motivações associadas às suas ações, assim como as dinâmicas e as estratégias presentes na interação com as vítimas (Webster *et al.*, 2012). A nível nacional, este objeto de estudo é ainda recente, sendo a produção científica bastante escassa (Branca, Grangeia, & Cruz, 2016). Diante disto, desenvolveu-se o presente estudo, de cariz exploratório, procurando-se aprofundar o conhecimento sobre este processo, através da compreensão dos procedimentos e mecanismos a este associados.

A apresentação que se segue está dividida em três grandes secções: o Enquadramento Teórico-Conceptual, o Estudo Empírico e as Conclusões.

No primeiro segmento encontram-se definidos os conceitos considerados fundamentais para a compreensão do objeto de estudo. Inicialmente, aborda-se a noção de *grooming* mais tradicional, seguida pelas alterações provocadas pelas plataformas de comunicação que deram origem ao *grooming online*. Posteriormente, apresentam-se as

mudanças do código penal que foram realizadas como tentativa de penalizar os comportamentos analisados, e uma revisão do conhecimento científico existente, destacando-se, por último, as investigações mais relevantes.

A segunda parte é dedicada à concretização dos objetivos propostos, explicitando-se os critérios de seleção dos participantes e as metodologias de recolha e análise dos dados. Os resultados obtidos são aqui descritos e interpretados, procedendo-se à sua discussão e integração com a literatura.

Finalizando, destacam-se os principais achados e algumas necessidades de investigação futura, assim como as limitações e as vantagens do presente estudo.

## Enquadramento Teórico-Conceptual

### 1. O Abuso Sexual de Menores e o Processo de *Grooming*

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 1999) define o abuso sexual de crianças como o envolvimento de um menor de 18 anos em atividades que têm como finalidade a gratificação e a satisfação sexual de uma pessoa adulta ou de um menor mais velho, cuja idade ou estágio de desenvolvimento a coloque numa posição de poder, autoridade, responsabilidade e/ou confiança relativamente a essa criança. Tais atividades não são adequadas ao nível de compreensão e ao grau de maturação da vítima, não podendo esta dar o seu consentimento informado, e constituem violações às leis ou tabus da sociedade. Os comportamentos aqui incluídos não se referem exclusivamente ao contacto físico, mas também à exposição indesejada a cenas, conteúdos e linguagem de cariz sexual, assim como à exploração sexual comercial do menor, através da prostituição e produção de materiais pornográficos, entre outros. Estas práticas são impostas à criança através de violência física, ameaças ou pela indução da sua vontade (Habigzang & Koller, 2011; UNICEF, 2014; WHO, 1999).

Associado ao abuso sexual, surge na literatura o conceito de *grooming* sexual, que retrata o procedimento levado a cabo pelo ofensor com o intuito de criar as condições necessárias para cometer a ofensa sexual contra a criança sem ser descoberto (Craven *et al.*, 2006; McAlinden, 2006). Através do processo de *grooming*, o sujeito pretende conseguir aceder ao menor, obter a sua confiança e evitar a revelação do abuso (Craven *et al.*, 2006). Para tal, existe toda uma manipulação estratégica da vítima e da respetiva família e comunidade, com recurso à construção de relações de confiança com estes que tornam menos provável a deteção dos abusos ou a denúncia destes por parte da criança e a perceção do ofensor como uma ameaça por parte dos responsáveis (McAlinden, 2006; Winters & Jeglic, 2016). O *grooming* está presente quer no abuso intrafamiliar, em que o ofensor desempenha o papel de cuidador, quer no abuso extrafamiliar, em que o ofensor não pertence à família, podendo ser alguém conhecido, amigo ou desconhecido da criança ou da família (Craven *et al.*, 2006; Habigzang & Koller, 2011).

A investigação sobre esta temática destaca a existência de algumas etapas deste processo, iniciando-se pelo processo de escolha de uma vítima. Esta tende a ser vulnerável, quer por alguma incapacidade motora ou cognitiva, quer por dimensões psicológicas ou

emocionais que a colocam em situação de fragilidade, carência afetiva ou outra vulnerabilidade emocional, quer pela situação económica ou disfuncionalidade do agregado familiar (McAlinden, 2006). Seguidamente, o ofensor tem que conseguir aceder ao menor e desenvolver com ele uma relação de confiança, através da qual vai diminuindo as inibições, normalizando o contacto físico e sexualizando progressivamente a relação (Lanning, 2010; Winters & Jeglic, 2016). De acordo com estas fases, surgem três tipos de *grooming*: o *self-grooming*, o *grooming* do ambiente e de outros significativos e o *grooming* da criança (Craven *et al.*, 2006).

O *self-grooming* corresponde ao processo através do qual os ofensores tentam arranjar razões que permitam justificar a conduta de abuso e encará-la como não abusiva (Craven *et al.*, 2006). As explicações encontradas são fundamentais para a passagem ao ato, sendo utilizadas para diminuir a dissonância cognitiva provocada pela vontade de fazer algo que sabem ser moralmente reprovável. Estas consistem em distorções ao nível das cognições, expressas nas teorias implícitas que auxiliam o sujeito na compreensão do mundo que o rodeia. A investigação com ofensores sexuais tem demonstrado que estes possuem crenças que legitimam o envolvimento com a criança e contribuem para a manutenção da ofensa (Craven *et al.*, 2006; Ward & Keenan, 1999). Alguns exemplos dizem respeito à perceção da criança como menos rejeitante ou como um objeto sexual e à leitura do seu comportamento como provocador. O sujeito pode também conceber os seus impulsos sexuais como impossíveis de controlar, entendendo como única solução a sua manifestação. Esta passagem ao ato sexual pode mesmo ser compreendida como um direito, sendo menosprezadas as consequências daí derivadas. As condutas sexuais envolvendo a criança podem também ser consideradas benéficas pelo sujeito, encaradas como uma preparação para o futuro, uma forma de educar para a sexualidade (Ward & Keenan, 1999).

O *grooming* do ambiente e de outros significativos diz respeito às ações levadas a cabo pelo ofensor face ao contexto em que a vítima se encontra e aos adultos por ela responsáveis, e têm como propósito facilitar o acesso à criança. Assim, o sujeito pode tentar integrar-se em contextos da comunidade que lhe permitam conhecer possíveis alvos e tornar-se próximo da família da respetiva vítima. Este poderá também colocar-se em posições que lhe forneçam um estatuto socialmente credível e insuspeitável que, perante denúncias, pode até levar a que as vítimas sejam postas em causa. Ao nível intrafamiliar, os ofensores já possuem uma posição de confiança e uma maior facilidade no acesso ao menor, acabando os abusos por ocorrer, muitas vezes, durante as rotinas de cuidado e higiene das crianças (Craven *et al.*, 2006; McAlinden, 2013; Shannon, 2008).

O *grooming* da criança refere-se às estratégias de manipulação colocadas em prática na interação com a vítima, que pretendem assegurar a sua confiança e cooperação antes da sexualização da relação (Berson, 2003; Kloess *et al.*, 2014). Assim, o indivíduo aproxima-se desta, procurando saber mais acerca dos seus interesses e demonstrando-se disponível, fornecendo-lhe atenção e/ou oferecendo-lhe presentes. A relação com a criança é descrita como única e especial, sendo que, através desta exclusividade, o ofensor vai afastando a criança dos adultos por ela responsáveis, conquistando a sua confiança e o seu afeto e ganhando crescente poder e controlo sobre a situação (Craven *et al.*, 2006; McAlinden, 2006; Shannon, 2008).

Após conseguir conquistar a confiança do menor, o sujeito vai, gradualmente, sexualizando a relação com recurso a conversas com conteúdos sexuais e até a materiais sexualmente explícitos, que têm como finalidade normalizar as interações sexuais (Shannon, 2008). Paralelamente, o contacto físico vai aumentando e tornando-se mais íntimo, com o propósito de dessensibilizar a criança. Os toques iniciais podem progredir para carícias sexuais, exposição dos genitais, masturbação, penetração oral, anal e/ou vaginal, dependendo das propensões do ofensor (Craven *et al.*, 2006; Lanning, 2010; Shannon, 2008).

O *grooming* da criança revela-se bastante eficaz, sendo que a maioria das vítimas não denuncia o abuso sofrido e algumas chegam a negar a ocorrência deste, mesmo depois de descoberto (Lanning, 2010; McAlinden, 2006). Esta eficácia está associada a um conjunto de estratégias levadas a cabo pelo ofensor, tais como a manipulação afetiva, o recurso a subornos, bens materiais ou privilégios, ou ainda a ameaças contra o menor e/ou contra a sua família e/ou outras figuras significativas. O isolamento da criança - que foi sendo concretizado ao longo do tempo - e a informação recolhida relativamente às vulnerabilidades existentes são também utilizados para conseguir a cooperação (Craven *et al.*, 2006). A atribuição da responsabilidade do abuso à vítima, realizada por parte do ofensor, contribui para diminuir a probabilidade de revelação, ao incutir às crianças mais novas a noção do seu comportamento como reprovável e alvo de sanção, e aos jovens o sentimento de vergonha e embaraço (Lanning, 2010).

O laço relacional estabelecido com a vítima revela-se fundamental em todo este processo. A confiança existente possibilita que algumas crianças não reconheçam as práticas de que são alvo como abusivas e que, mais facilmente, acedam ao pedido de manter segredo (Berson, 2003). A proximidade existente poderá, ainda, gerar uma certa ambivalência face ao ofensor, pois apesar dos atos abusivos por este praticados, este é também fonte de suporte e apoio emocional. A ambiguidade provocada por toda a situação é uma das causas da

manutenção do segredo (Lanning, 2010; McAlinden, 2006).

O *grooming* sexual é um fenómeno multifacetado, que varia conforme as características da vítima e do ofensor, o que leva a que todas as experiências de *grooming* sejam diferentes, nomeadamente na duração e nas estratégias utilizadas (Craven *et al.*, 2006; McAlinden, 2013). A sua extensão e natureza são de difícil identificação, o que deriva do facto de as condutas que antecedem o contacto sexualizado poderem ser caracterizadas como naturais e típicas das interações entre uma criança e um adulto, estando a diferença nas motivações a estas subjacentes (Craven *et al.*, 2006; Craven, Brown, & Gilchrist, 2007; McAlinden, 2013).

## **2. A Internet e o *Grooming* Sexual**

A Internet veio estimular as tecnologias de comunicação e informação, revolucionando o modo como interagimos e socializamos (Whittle, Hamilton-Giachritsis, Beech, & Collings, 2013). Contudo, o desenvolvimento tecnológico não trouxe só benefícios, acabando por possibilitar novas formas de violência e promover a expressão de um conjunto de condutas repreensíveis e criminalizadas, ao criar um espaço livre de normas sociais e de controlo limitado (McCarthy, 2010; Malesky, 2007). Algumas particularidades do mundo *online*, tais como o anonimato e a invisibilidade, geram o que na literatura é designado como Efeito de Desinibição *Online* (Suler, 2004), que se traduz na tendência para adotar um comportamento mais desenvolvido do que o que seria expresso no contacto face a face (Whittle *et al.*, 2013). Assim, os sujeitos estão mais predispostos a revelar informação pessoal, exprimir as suas opiniões e emoções e a enveredar em atividades ilícitas (Suler, 2004).

As gerações juvenis estão cada vez mais presentes no mundo virtual, estando vulneráveis aos riscos que a conectividade digital comporta, tal como o abuso sexual (UNICEF, 2017). A Internet veio contribuir para estes riscos, ao possibilitar a agilização do processo de produção e partilha de pornografia de menores e o surgimento de novas formas de exploração sexual e vitimização, alterando o processo de *grooming* sexual tradicional (*grooming offline*). A nova variante designada por *grooming online* ou *cybergrooming* caracteriza-se pela utilização das novas tecnologias para aliciar a criança, sendo estabelecida uma interação de cariz sexual nas plataformas de comunicação via Internet, que pode cingir-se a estas ou levar ao contacto direto (Branca *et al.*, 2016; Davidson *et al.*, 2011; Webster *et*



*al.*, 2012).

As mudanças ocorridas no fenómeno levaram à necessidade de ajustamento dos quadros legais, surgindo em Portugal, no ano de 2015, uma adenda ao artigo 176.º, que se refere à Pornografia de Menores, que acrescentou o 176.º-A para tipificar o aliciamento de menores para fins sexuais com recurso às tecnologias de informação e comunicação. Este visa um encontro com intenção de praticar atos sexuais de relevo ou cópula e atos equiparados, ou ainda a utilização de menor em material pornográfico e/ou produção, distribuição, importação, exibição, divulgação de tais materiais (Cunha, 2017). Deste modo, é definido que o aliciamento pode ser utilizado para a prática de atos sexuais e para o crime de pornografia de menores, sendo aqui criminalizado o uso das tecnologias de informação e de comunicação com o intuito de efetuar tais atos (Silva, 2016).

A tipificação descrita neste artigo tem suscitado algumas críticas, desde logo, pela moldura penal aplicada, que pode ir até 2 anos, se se verificar a execução de atos materiais conducentes ao encontro. Assim, não se viu realizada a expectativa deste tipo legal vir a punir de um modo mais severo o aliciamento por meios tecnológicos, face à sua especial frequência e perigosidade (Cunha, 2017). As definições previstas são consideradas como insuficientes, não existindo uma concretização do termo aliciamento nem das ações que são compreendidas como tendentes à realização do encontro (Abrantes, 2016). Alguns ofensores não pretendem o contacto pessoal com as vítimas, aliciando-as para outro tipo de práticas que têm como contexto de concretização o mundo virtual (Briggs, Simon, & Simonsen, 2010; Wolak, Finkelhor, & Mitchell, 2004). Esta conduta não é abrangida por este artigo (176º-A) que, apesar de se referir ao aliciamento, restringe-se à intenção de uma interação direta com o menor. Deste modo, os comportamentos ocorridos durante a comunicação são enquadrados noutros quadros legais, tais como a ameaça, a coação, o abuso sexual de crianças, a pornografia de menores, a devassa da vida privada e gravações e fotografias ilícitas (Branca *et al.*, 2016).

O *grooming online* é complexo e multifacetado, o que leva a que o reconhecimento e a demarcação precisa dos seus limites representem um desafio (Gillespie, 2004), sendo que a dificuldade de definição do fenómeno complica a sua legislação, exigindo uma mais profunda investigação e um maior entendimento do mesmo.

### 3. O *Grooming Sexual Online*

A segurança informática das populações mais jovens é, cada vez mais, uma preocupação mundial, observando-se um aumento, nos últimos anos, da investigação na área da ofensa sexual *online*. Parte da pesquisa tem sido dedicada ao processo de *grooming online*, fenómeno recente, relativamente ao qual o conhecimento ainda escasseia, procurando-se a sua caracterização e compreensão (Kloess, Hamilton-Giachritsis, & Beech, 2017).

Um dos modelos utilizados para abordar a etiologia das motivações para o abuso foi proposto por Finkelhor, em 1984, sendo este atualmente usado para compreender as alterações provocadas pelas tecnologias. O autor sugeriu quatro pré-condições para a ocorrência da ofensa sexual, podendo ser realizado um paralelismo entre estas e os tipos de *grooming* já referidos. Desde logo, tem que existir uma (1) motivação para a ofensa e o sujeito terá de (2) transpor as suas inibições internas, o que corresponde ao *self-grooming*. Seguidamente, é necessário (3) ultrapassar as inibições externas, o que se traduz no *grooming* do ambiente e de outros significativos e, por último, (4) superar a resistência do menor, *grooming* da criança (Finkelhor, 1984). O que se verifica é que, no mundo virtual, o ofensor não necessita de manipular os pais ou outros adultos significativos para alcançar a criança, ultrapassando os limites do controlo social. Assim, nesta variante, as pré-condições passam a ser apenas três, o que facilita a velocidade a que o processo ocorre (Black, Wollis, Woodworth, & Hancock, 2015; Webster *et al.*, 2012), contribuindo também para tal a não existência de fronteiras geográficas e o facto de a proximidade física com as vítimas não ser um pré-requisito (Berson, 2003; Webster *et al.*, 2012).

Segundo o relatório do *European Online Grooming Project*, lançado em 2012, a comunicação para estes fins pode ser estabelecida por diversos meios, tais como redes sociais, fóruns, chats e plataformas de jogos (Webster *et al.*, 2012). Com recurso a estas ferramentas, o ofensor pode encetar contactos em diferentes cenários e com várias vítimas simultaneamente, desenvolvendo interações diárias e privadas que, de outro modo, só seriam possíveis se fosse o cuidador do menor (Branca *et al.*, 2016; Davidson *et al.*, 2011). A duração das interações é bastante variável, dependendo de diversos fatores, tais como os objetivos do sujeito e as características da criança (Briggs *et al.*, 2010; Craven *et al.*, 2007; Webster *et al.*, 2012).

A facilidade de acesso às vítimas e à informação sobre estas são referidas como vantagens do meio virtual, contudo, a possibilidade de anonimato é a particularidade mais

destacada pelos ofensores (Balfe *et al.*, 2015). Esta facilita a ludibriação do outro, permitindo a seleção da identidade que se quer assumir e a realização de adaptações de acordo com o perfil que melhor assegure a obtenção das finalidades propostas (Berson, 2003; Wolak & Finkelhor, 2013). A conceção de si como virtualmente anónimo pode gerar uma sensação de segurança e a perceção da sua atividade como impossível de detetar, o que instiga à prossecução da ação (Balfe *et al.*, 2015; Wolak, Finkelhor, Mitchell, & Ybarra, 2008). A Internet veio também possibilitar a união de indivíduos com interesses semelhantes, sendo criadas comunidades que facilitam a comunicação e troca de informação (Davidson *et al.*, 2011). Verifica-se, assim, a existência de grupos que, direta ou indiretamente, legitimam as práticas aqui tratadas, contribuindo para a adoção dessas mesmas (Chiang & Grant, 2017; Wolak *et al.*, 2008).

A investigação deste novo método de aliciamento de menores tem tentado perceber quem são os ofensores, comumente designados como *online groomers*, e qual a sua forma de atuação ou *modus operandi* (Webster *et al.*, 2012). Os dados até então encontrados revelam um grupo essencialmente constituído por homens heterossexuais (Gámez-Guadix, Almendros, Calvete, & Santisteban, 2018; Shannon, 2008; Webster *et al.*, 2012). Apesar de, inicialmente, a pedofilia ser associada a esta conduta, atualmente, esta conceção foi desconstruída (Briggs *et al.*, 2010). O que se constata é que a maioria dos ofensores não são motivados por esta perturbação mental (Craven *et al.*, 2006; Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy, & Barros, 2009) e que grande parte das vítimas se encontra na faixa etária dos 13 aos 17 anos e não na faixa pré-púbere (Wolak *et al.*, 2004). De facto, os adolescentes são os mais afetados pelo *grooming online*, sendo também os que mais utilizam a Internet como um meio de comunicação (Wachs, Wolf, & Pan, 2012).

A adoção desta conduta parece, assim, estar mais associada a fatores como o isolamento social ou a determinados eventos situacionais ou relacionais sobre os quais o sujeito sente não ter controlo. Deste modo, um acontecimento, como a perda de emprego ou o fim de um relacionamento, parece servir como gatilho para o início do comportamento. A incapacidade destes indivíduos para lidarem de um modo adequado com tais situações gera uma baixa autoestima e uma necessidade de poder e controlo que encontra um modo de expressão no mundo virtual, junto dos mais jovens (Briggs *et al.*, 2010; Quayle & Taylor, 2003; Webster *et al.*, 2012).

O estabelecimento de contactos com os menores pode ser aleatório, não ocorrendo nenhuma seletividade, ou surgir após o processo que a literatura designa como *scanning*. Este termo caracteriza a pesquisa que é realizada através da leitura dos perfis *online* e do

contacto com comunidades virtuais de jovens, que permite a identificação de possíveis alvos e a recolha de informação sobre a natureza das conversas estabelecidas (Webster *et al.*, 2012). Malesky (2007) caracteriza este comportamento dos sujeitos como predatório e destaca a existência de referências a sexo ou indicadores de vulnerabilidade como algumas das características procuradas por eles, por serem consideradas reveladoras, respetivamente, de desinibição face às temáticas sexuais e de maior facilidade de manipulação/submissão. O acesso *online* contínuo é aqui tido em conta, por poder indicar uma fraca monitorização parental e até um certo desinteresse face ao menor. Estas conclusões surgem de um questionário, aplicado a cerca de 31 indivíduos condenados por ofensas sexuais a crianças que conheceram e com quem comunicaram pela Internet. Consta-se ainda que o *online groomer* pode também seleccionar a vítima conforme ideais românticos ou características físicas (Webster *et al.*, 2012).

O modo como estes sujeitos se apresentam pode divergir da sua identidade real, o que só é possível devido ao anonimato conferido pela Internet (Suler, 2004), já referido anteriormente. As alterações variam em grau conforme as dimensões que são modificadas. O ofensor pode escolher um nome diferente do seu ou até indicar ser mais novo do que é, mas mantendo-se como adulto (Wolak, Mitchell, & Finkelhor, 2008), ou criar toda uma personagem, assumindo-se como um jovem (Webster *et al.*, 2012; Wolak & Finkelhor, 2013). Estas transformações podem ser realizadas previamente a qualquer tipo de contacto ou ser o resultado de tentativas malsucedidas, pretendendo o indivíduo tornar-se mais desejável (Santisteban & Gámez-Guadix, 2017; Webster *et al.*, 2012). A linguagem pode também sofrer adaptações, sendo adotadas abreviaturas, entre outras características da escrita da população juvenil (Webster *et al.*, 2012).

A investigação demonstra que apenas 5% dos ofensores assumem o perfil de um adolescente, sendo a grande maioria sinceros relativamente à sua idade (Williams, Elliott, & Beech, 2013; Wolak *et al.*, 2004), o que revela que grande parte das vítimas tem consciência de que está a comunicar com adultos (Wolak *et al.*, 2008). Alguns chegam mesmo a ser honestos face às suas motivações sexuais (Webster *et al.*, 2012; Wolak *et al.*, 2004).

Em 2015, Balfe e colaboradores, realizaram uma investigação em que pretendiam compreender a preocupação dos ofensores com medidas de segurança *online* e a utilização de tecnologias protetoras da identidade. Através desta foi possível constatar que a diversidade também se encontra presente, no que toca à perceção do risco de deteção pelas autoridades, existindo esta num *continuum*. Enquanto alguns sujeitos revelavam facilmente os seus dados, outros demonstravam-se mais cautelosos, adotando alguns comportamentos

protetores. As estratégias para a gestão do risco centravam-se na alteração de perfil, na utilização de meios de acesso diferentes dos usuais ou ainda no emprego de medidas tecnológicas com o intuito de encobrir o rasto digital. O que se constatou foi que as estratégias adotadas podem fornecer um maior sentimento de segurança do que a segurança real, aumentando a predisposição para o envolvimento em mais atividades ilícitas.

Os objetivos subjacentes aos atos praticados variam, sendo isto demonstrado pelo estudo de Briggs, Simon e Simonsen que, em 2010, tentaram perceber em que medida a Internet contribuiu para uma nova tipologia de ofensores sexuais. Através da análise de 51 sujeitos condenados por uma ofensa sexual iniciada pela Internet, procederam à distinção entre ofensores *contact-driven* e *fantasy-driven*. O grupo dos *contact-driven* diz respeito aos indivíduos que têm como finalidade conseguir o contacto físico sexual com a vítima, sendo este que lhes permite obter o máximo de gratificação sexual. A interação *online* é, então, um meio para atingir um fim, nomeadamente, conseguir que a criança aceite encontrar-se pessoalmente e envolver-se em práticas sexuais. Os *fantasy-driven* correspondem aos sujeitos cuja a interação *online* é um fim em si mesmo, apresentando-se como a única forma de contacto solicitada. A gratificação sexual é obtida através das conversas, troca de conteúdos, como fotos e vídeos de cariz sexual e/ou práticas como a masturbação simultânea recorrendo à *webcam*, entre outros. Assim, apesar de várias situações se estenderem para o contacto *offline*, algumas interações mantêm-se apenas no mundo *online*, sendo este o objetivo do ofensor (Wolak *et al.*, 2004).

A abordagem do menor pode assumir contornos diferentes, estando relacionada com os propósitos do perpetrador e as características da vítima. Enquanto alguns indivíduos seguem o processo de socialização característico da definição mais tradicional do *grooming*, outros são mais diretos, ocorrendo uma introdução imediata das temáticas sexuais (Kloess *et al.*, 2017; Webster *et al.*, 2012; Wolak *et al.*, 2004). Estas diferenças levantam alguma discussão relativa à utilização do termo *grooming* para ambos os estilos de interpelação (Webster *et al.*, 2012).

Os ofensores que não adotam uma interação inicial de cariz sexual, começam o contacto com temáticas neutras e não-ameaçadoras. O conhecimento aprofundado da vítima, nomeadamente das suas carências e vulnerabilidades, permite ao indivíduo desenvolver estratégias adaptadas às características e necessidades do menor (Santisteban & Gámez-Guadix, 2017; Santisteban, Hoyo, Alcázar-Córcoles, & Gámez-Guadix, 2018). A cortesia é uma destas estratégias, na qual o indivíduo enaltece a vítima, contrariando a autoperceção negativa que, muitas vezes, se encontra presente nas suas publicações ou narrativas. Os

elogios vão desde a aparência física até aos gostos pessoais, como o tipo de música preferido. Os interesses em comum são também utilizados para realizar uma aproximação, assim como as vivências. A congruência entre experiências permite prender a atenção do menor e incita à partilha de informação íntima por parte deste. A apresentação de si como um mentor surge, igualmente, como uma das técnicas utilizadas, em que o sujeito assume uma posição de substituição da figura parental, demonstrando-se disponível para auxiliar o menor nos seus problemas e dificuldades (Webster *et al.*, 2012).

A introdução das temáticas sexuais, quando não realizada numa fase precoce, parece surgir após um período de desenvolvimento da relação e de dessensibilização, tal como no *grooming offline*, ocorrendo uma sexualização gradual da comunicação com o intuito de normalizar o abuso (Webster *et al.*, 2012; Wolak *et al.*, 2004). O recurso a piadas ou vocábulos de teor sexual são algumas das estratégias utilizadas para trazer o tópico para discussão, sendo também comum o recurso a materiais pornográficos e a solicitação de conteúdos, como fotografias (Marcum, 2007; Webster *et al.*, 2012). Os primeiros pedidos tendem a parecer inofensivos, revelando, progressivamente, um carácter sexual cada vez mais explícito (Webster *et al.*, 2012).

A relação estabelecida com a vítima parece desempenhar um papel fundamental nas dinâmicas desenvolvidas, sendo esta utilizada pelos ofensores para conseguir a sua colaboração (Gámez-Guadix *et al.*, 2018). Estes podem também recorrer a prendas/privilégios, como oferecer dinheiro, objetos do interesse da criança ou levá-la a passear. A realização de ameaças também é comum, tendo a dupla função de levar o menor a cumprir as exigências do ofensor e a manter a situação em segredo. Para tal, podem ser utilizadas imagens anteriormente partilhadas pela vítima, sendo a ameaça relativa à sua exposição pública (Webster *et al.*, 2012).

No estudo do fenómeno destacam-se alguns autores, como O'Connell que, em 2003, realizou uma proposta de estruturação que ficou conhecida como o Modelo de O'Connell. Para a obtenção dos dados, a autora participou em sites de chat e outras plataformas destinadas aos mais jovens, fazendo-se passar por uma criança do sexo feminino, assumindo idades de 8, 10 e 12 anos. Através desta metodologia de observação participante, foram realizadas mais de 50 horas de pesquisa intermitentemente ao longo de 5 anos, que permitiram a divisão do *grooming online* num conjunto de etapas. Assim, a autora estabelece que, inicialmente, o ofensor seleciona a vítima e estabelece contacto com esta de um modo amigável, tentando recolher o máximo de informação possível (*friendship forming stage*). O conhecimento obtido é utilizado para construir a relação com a criança, servindo para o

sujeito se apresentar como semelhante e não como uma ameaça. Através da atenção e interesse demonstrados, o ofensor vai explorando tópicos cada vez mais pessoais do menor, como a escola, os amigos e a família, constatando as vulnerabilidades presentes (*relationship forming stage*). O *groomer* vai tentando perceber até que ponto está perante um possível alvo, ponderando a probabilidade de ser apanhado. Para tal vai colocando questões que lhe permitam saber mais sobre o meio eletrónico que a vítima utiliza e outros possíveis utilizadores deste mesmo, assim como os horários dos adultos responsáveis, percebendo quais as alturas em que o contacto é mais seguro (*risk assessment stage*). A partir daqui vai salientando o quanto a relação é especial e única, pressionando para que esta seja mantida em segredo. Para tal, pode afirmar que os adultos não compreenderiam que é um jogo ou fazer a vítima sentir-se culpada pela interação (*exclusivity stage*). Quando se torna claro para o sujeito que a confiança da criança foi conquistada, as conversas começam a ter algum teor sexual, por exemplo, através de questões relativas à experiência sexual do menor (*sexual stage*). As inibições da vítima podem ser reduzidas através da exposição a materiais sexualmente explícitos, como a pornografia de menores, e a solicitação de troca de conteúdos, como fotografias. Posteriormente, poderá ser pedido para esta se masturbar ou expor os seus genitais, podendo surgir propostas para se encontrarem fisicamente e o envolvimento em fantasias sexuais. Numa fase final do aliciamento, alguns ofensores realizam aquilo que a autora designa por limitação do dano, recorrendo de um modo frequente a expressões carinhosas, a elogios e a encorajamentos positivos, com o intuito de evitar assustar a criança, diminuindo assim a probabilidade de revelação.

O'Connell (2003) reconhece a existência de variabilidade no fenómeno, salientando que a ordem, a duração e o número de estádios variam, estando relacionados com as motivações dos ofensores. Enquanto alguns estádios têm objetivos mais específicos e facilmente identificáveis, as finalidades de outros dependem dos propósitos dos próprios sujeitos e das suas perceções. A abordagem às vítimas também varia, com alguns indivíduos a pressionarem de um modo mais subtil e a regredirem sempre que se manifesta algum desconforto da outra parte, e outros a recorrerem a um padrão de coerção e chantagem emocional para conseguirem a colaboração. Esta diferença surge associada a uma atribuição de níveis de importância distintos à relação, com os primeiros a revelarem a intenção de estabelecer uma ligação duradoura que leve a criança a percecioná-los como futuros amantes.

Em 2013, Williams, Elliott e Beech procuraram compreender as estratégias que os *groomers online* utilizam na interação com as vítimas, tendo analisado a primeira hora de 8

transcrições de diálogos mantidos entre ofensores e adultos, que se fizeram passar por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos. Os dados foram submetidos a uma análise temática, surgindo três grandes temas. Desde logo, constataram a existência da construção de relação, tal como referido por O'Connell (2003), destacando-se as ações do sujeito que têm como objetivo diminuir a diferença de idades existente, a aproximação ao menor através da congruência de interesses e a apresentação de si como amigo e confiável, afastando possíveis perceções de risco. O segundo tema diz respeito aos conteúdos sexuais, verificando-se a existência de um conjunto de estratégias diversificadas para a sua introdução no diálogo, tais como, um questionamento mais íntimo, o aconselhamento, o recurso a jogos ou ainda através da apresentação de interesses em comum. Após a introdução, os ofensores tendem a contornar as tentativas da vítima de mudar de assunto, mantendo o tópico de um modo repetido por curtos períodos de tempo até obterem alguma gratificação. Tende a ocorrer uma escalada, com os sujeitos a pressionarem os limites dos menores. Por fim, surge a avaliação, sendo esta paralela ao *risk assessment stage* proposto por O'Connell, com os indivíduos a recolherem informação, através da qual vão detetando obstáculos e percecionando as melhores oportunidades para o estabelecimento de contacto. Neste tema, os autores constataram ainda o que parece ser uma avaliação da criança, mais especificamente, do seu nível de confiança, das suas vulnerabilidades e da receptividade desta às diferentes matérias. Não foi verificada nenhuma sequência no surgimento das temáticas, sendo levantada a possibilidade do *grooming* suceder de um modo cíclico em que ocorre um encadeamento dos temas, que se repete.

Posteriormente, Kloess e colaboradores (2015) procuraram compreender o *modus operandi* dos ofensores nas interações sexuais *online* com menores, analisando as interações de 5 sujeitos com crianças reais, entre os 11 e os 15 anos, através de um software que identificou as temáticas existentes. Os resultados demonstraram semelhanças com as investigações anteriormente referidas (O'Connell, 2003; Williams *et al.*, 2013), especificamente no modo como os tópicos sexuais foram introduzidos, com o sujeito a adotar uma abordagem aparentemente inocente através de brincadeiras, questões e conselhos. Após a sexualização da interação ocorre uma progressão, não só no tema e nas atividades sexuais, como também nas estratégias que o perpetrador utiliza para incentivar a vítima. Estes autores observaram ainda a existência de um estilo de comunicação direto, em que os ofensores não demonstram interesse em conhecer o menor, introduzindo imediatamente os conteúdos sexuais através de declarações sexualmente explícitas, da própria exposição através de videochamada ou fazendo solicitações sexuais. Constatou-se que a maioria das interações



não evoluiu para um contacto pessoal, o que contribui para a construção de objetivos diferentes e para a classificação de um conjunto de indivíduos que não pretendem o contacto físico, tal como proposto por Briggs e colegas (2010). A maioria dos sujeitos não escondeu o facto de ser adulto, nem se observaram adaptações às vítimas ao longo das diversas interações, tendo sido apontada como possível justificação a possibilidade de acesso a uma grande diversidade de alvos, o que leva a que o perpetrador não sinta necessidade de se adaptar perante uma não colaboração da outra parte (Kloess *et al.*, 2015).

Em 2017, Kloess, Hamilton-Giachritsis e Beech, utilizaram os mesmos dados da investigação anterior para se focarem no processo de *grooming*. Na discussão dos resultados, os autores destacaram o facto de, apesar de o *grooming* surgir na literatura como o principal componente presente nas interações sexuais entre os ofensores e as vítimas, apenas 2 dos 5 sujeitos terem adotado uma abordagem condizente com este. Deste modo, surge a distinção entre uma abordagem direta e indireta no que se refere à introdução das temáticas sexuais, sendo que, considerando a definição de *grooming* como a preparação da criança para o abuso, este não foi identificado na abordagem direta. Estilos distintos surgem associados a estratégias distintas no que concerne a convencer a criança a realizar as práticas sexuais sugeridas. Um estilo direto surge relacionado com métodos como a chantagem, ameaças e insultos, enquanto que no estilo indireto está mais presente uma persistência e pressão mais leve, assim como a expressão de tristeza e desilusão face às resistências ou recusas do menor. Não obstante as diferenças detetadas, todas as abordagens se revelaram hipersexualizadas, existindo um pedido de conteúdos e o envolvimento em atividade sexual *online*. Neste seguimento, os autores levantaram a hipótese de as etapas de O'Connell (2003), relativas à construção de uma relação, poderem ser aspetos que fazem parte das estratégias de manipulação do *grooming* sexual e não estádios. O facto de os *groomers* recorrerem, após a introdução das temáticas sexuais, a estratégias que têm como objetivo fazer a criança sentir-se especial, de modo a manter o contacto, aumenta a pertinência da suposição realizada.

Através dos dados recolhidos, Kloess *et al.* (2017) propuseram o Ciclo de Atividade Sexual *Online* constituído por três fases: o comportamento ofensivo, a proposta de um encontro e a manutenção e escalada. A introdução do comportamento sexual pode ocorrer após a discussão de tópicos sexuais ou imediatamente a seguir ao início do contacto. Os ofensores envolvem-se num conjunto de condutas exibicionistas, incitando o menor a vários tipos de práticas. Quando consideram já ter construído uma relação ou já conseguiram que a criança aderisse às atividades sexuais solicitadas, surge a proposta de um encontro. As estratégias utilizadas para levar a vítima a envolver-se nas atividades sexuais são também,

por vezes, utilizadas para manter o contacto e garantir o envolvimento contínuo da vítima. Uma vez que o ofensor consegue a sua adesão e é estabelecida uma atmosfera sexualizada, a conversa e as atividades sexualmente explícitas são mais prontamente iniciadas nas interações seguintes, ocorrendo a escalada sem desvios.

No presente ano (2018), Santisteban, Hoyo, Alcázar-Córcoles e Gámez-Guadix realizaram entrevistas a 12 ofensores condenados pelo contacto sexual com menores que conheceram através das redes virtuais, procurando perceber as perspetivas dos sujeitos face às vítimas e ao abuso, com o intuito de identificar elementos que facilitam ou mantêm o processo abusivo. A partir das perceções obtidas propuseram um ciclo de abuso decorrente no *grooming online*, que se inicia com a Internet como um ambiente facilitador, onde os sujeitos têm acesso a um grande número de vítimas simultaneamente e podem adotar um conjunto de estratégias persuasivas, tal como tornarem a identidade mais desejável. Após o contacto inicial e a captação da atenção da vítima, ocorre o estudo desta e do seu ambiente, com o *groomer* a adaptar-se às necessidades encontradas, com a finalidade de atrair o menor para a dinâmica abusiva. Além deste envolvimento afetivo são utilizadas outras estratégias para conseguir a colaboração e garantir a manutenção da relação, como a oferta de presentes, a intimidação e/ou a coação. Relativamente aos encontros sexuais, estes podem ser fenómenos isolados ou serem mantidos ao longo do tempo. Por fim, surgem as justificações para a própria conduta, como um elemento essencial para a sua repetição. Os autores destacam o contributo do compromisso afetivo da vítima com o ofensor para manutenção da relação ao longo do tempo. O laço relacional é também evidenciado na investigação de Gámez-Guadix, Almendros, Calvete e Santisteban (2018) como tendo um papel chave nas dinâmicas de *grooming*, sendo a confiança estabelecida utilizada para persuadir a vítima.

No contexto nacional, não foram encontrados muitos estudos, destacando-se a investigação de Branca, Grangeia e Cruz (2016) que procuraram explorar a dimensão do *grooming online* em Portugal, realizando questionários a 151 jovens. Através destes constataram que 20,5% da amostra foi vítima de, pelo menos, uma situação passível de ser enquadrada no fenómeno, existindo uma maior prevalência deste entre o sexo masculino, ao contrário do que a literatura sugere (Wolak & Finkelhor, 2013).

As investigações realizadas demonstraram a inexistência de uma ordem em particular, o que contribui para a conceção do processo de *grooming online* como não seguindo uma sequência definida (Black *et al.*, 2015; Kloess *et al.*, 2017; Williams *et al.*, 2013). Estas sugerem um fenómeno dinâmico, variável e mantido num processo cíclico, combinado com um conjunto de estratégias persuasivas que o ofensor coloca em prática para

atingir os seus objetivos (Santisteban *et al.*, 2018; Whittle, Hamilton-Giachritsis, & Beech, 2014), sendo também estes distintos (Briggs *et al.*, 2010; Kloess *et al.*, 2015). Alguns resultados são contraditórios, nomeadamente no que concerne à adaptação do sujeito à vítima (Kloess *et al.*, 2015; Santisteban *et al.*, 2018) e à importância da relação para o envolvimento do menor nos comportamentos sexuais (Kloess *et al.*, 2017; Santisteban *et al.*, 2018; Gámez-Guadix *et al.*, 2018). Uma das limitações apontadas à pesquisa científica qualitativa sobre o fenómeno centra-se no facto de a grande maioria analisar interações entre ofensores e crianças não-reais, sendo voluntários, agentes da autoridade ou os próprios investigadores a fazerem-se passar por menores. Assim, pondera-se se não existiriam alterações nas dinâmicas se os contactos fossem realizados com menores verdadeiros (Santisteban & Gámez-Guadix, 2017).

Organizações internacionais como a UNICEF (2017) têm alertado para a necessidade de compreender o fenómeno do abuso por meio de tecnologias de comunicação e informação, enfatizando a importância de se perceber quais os fatores que tornam as crianças vulneráveis. Considerando tal premência e a escassa investigação realizada no contexto português, torna-se pertinente a produção de conhecimento sobre o *grooming online*, com o intuito, não só de aprofundar o conhecimento científico sobre este fenómeno, como de desenvolver políticas e medidas de prevenção que permitam reduzir a sua prevalência, que se estima ser maior do que a conhecida (Berson, 2003).

## **Estudo Empírico**

### **1. Método**

#### **1.1. Objeto e Objetivos**

O objeto de estudo desta investigação corresponde ao processo de aliciamento de menores através das plataformas de comunicação via Internet, denominado *grooming* sexual *online*.

O objetivo geral deste estudo consiste na compreensão em profundidade do fenómeno, desde a seleção da vítima até à cessação do contacto, tendo sido definidos um conjunto de objetivos específicos. Pretende-se então: (1) conhecer as intenções dos ofensores relativamente à interação; (2) aceder ao procedimento de seleção das vítimas e às variáveis consideradas, constatando-se possíveis vulnerabilidades reconhecidas pelos ofensores; (3) verificar a existência de fases preparatórias do contacto e de adaptações realizadas; (4) explorar as formas de abordagem existentes e o modo como os conteúdos de cariz sexual são introduzidos e desenvolvidos; (5) compreender as estratégias de aliciamento utilizadas; (6) averiguar as razões para a cessação dos contactos.

#### **1.2. Metodologia de Investigação**

O *grooming* sexual *online* é recente como objeto de pesquisa internacional, sendo ao nível nacional a produção científica muito escassa. O tema é, ainda, pouco explorado no contexto português, pretendendo-se aprofundar o seu conhecimento. Deste modo, este estudo possui um cariz exploratório, não existindo a pretensão de generalizar resultados, nem de quantificar ou proceder a uma caracterização global de *groomers* ou do fenómeno de *grooming* em Portugal, mas sim a de recolher informação privilegiada sobre este fenómeno junto dos seus atores, aceder a motivações, perceções e significações pessoais de *groomers* e vítimas e de realizar um levantamento de pistas e hipóteses pertinentes para futuras investigações (Raupp & Beuren, 2008). Face a estes objetivos, a metodologia qualitativa é, claramente, a que melhor se adequa, por permitir uma aproximação máxima ao objeto investigativo, obtendo-se, assim, uma visão mais completa deste (Walliman, 2005). Esta é a metodologia mais apropriada quando o objetivo é o conhecimento em profundidade de um fenómeno, permitindo aceder a processos, características, significados e explorar a subjetividade existente (Auerbachand & Silverstein, 2003; Berg, 2001; Braun

& Clark, 2013).

### 1.3. Método de Recolha de Dados

Atendendo ao objeto, aos objetivos e à metodologia atrás mencionados, optou-se por realizar entrevistas a “informantes privilegiados”, metodologicamente definidos como pessoas que, pelas suas experiências, vivências, comportamentos, etc, são capazes de fornecer informação específica e aprofundada acerca do fenómeno. Para tal, procuraram-se os envolvidos no processo de *grooming online*, respetivamente, vítimas e ofensores, sendo construído um guião de entrevista específico para cada um dos grupos (cf. Anexos 2 e 3).

A entrevista surge como um instrumento primordial para a abordagem em profundidade, permitindo uma compreensão rica e complexa (Albarrelo *et al.*, 1997; Pardal & Correia, 1995). Kvale (2007) refere-se a este método como “a chave principal para explorar as formas como cada sujeito experiencia e compreende o seu mundo” (p.9), permitindo “um acesso único às vivências dos sujeitos, que através das suas próprias palavras descrevem as suas atividades, experiências e opiniões” (p.9). Relativamente à estrutura, optou-se pela entrevista semiestruturada, devido à flexibilidade que esta possibilita, sendo que a existência de um referencial de questões não impede que o discurso da pessoa vá fluindo livremente. O questionamento surge aqui de um modo natural, com precisão e sentido de oportunidade, cumprindo a finalidade de, sempre que necessário, encaminhar a comunicação para os objetivos da investigação (Pardal & Correia, 1995).

O método referido não foi o único utilizado, recorrendo-se também à análise de interações de teor sexual, ocorridas através de uma plataforma de comunicação *online*, entre *groomers* e a respetiva vítima<sup>1</sup>. Assim, a análise documental surge aqui como outro método de investigação e uma forma de complementar a informação fornecida pelas entrevistas (Bell, 1993).

Através das diferentes fontes apresentadas, vítima, ofensores e diálogos, conseguiu-se uma triangulação de fontes e de dados, um procedimento de validação em que são confrontados os dados recolhidos junto de origens ou fontes distintas, permitindo o cruzamento de informação e um retrato mais completo do fenómeno (Flick, 2004; Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990).

---

<sup>1</sup> Trata-se de interações reais, cedidas por uma vítima deste tipo de comportamento, ao contrário do que é habitual na maioria dos estudos sobre este fenómeno, em que são falsificadas identidades ou perfis e estabelecidas interações de *groomers* reais com vítimas que não são crianças ou jovens, mas investigadores a fazer-se passar por menores de idade.

#### 1.4. Participantes

Nos estudos qualitativos a questão da representatividade estatística não se coloca, o que leva a que a quantidade de sujeitos não seja determinante para a investigação ser significativa ou válida. Os critérios utilizados na seleção passam pela adequação dos participantes aos objetivos do estudo e pela diversificação, no sentido de garantir que nenhuma situação importante foi esquecida (Albarrelo *et al.*, 1997). A maior preocupação centra-se na riqueza da informação obtida (Zyzanski, Mcwhinney, Blake, Crabtree, & Miller, 1992), o que levou à priorização da qualidade e não da quantidade dos sujeitos na nossa amostra. Deste modo, optou-se por selecionar informantes privilegiados, procurando-se pessoas que estiveram envolvidas em interações de cariz sexual *online* com menores, ou que foram vítimas deste contacto. Com este propósito contactaram-se várias entidades em que esta população específica poderia estar em acompanhamento, nomeadamente, a Unidade de Psicologia da Justiça e Comunitária da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), a Associação Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família e o Gabinete de Estudos e de Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. A morosidade da resposta levou a que toda a seleção tenha sido obtida apenas a partir do GEAV, sendo os sujeitos da amostra selecionados por conveniência. A nossa amostra acabou, por estas razões, por ser mais reduzida e menos diversificada do que o inicialmente previsto, acabando, porém, por se revelar muito produtiva e significativa, no que diz respeito à informação e conhecimento produzidos, como no ponto seguinte será exposto.

A garantia de anonimato e as especificidades do tema e dos sujeitos envolvidos não permite que seja realizada uma caracterização pormenorizada dos participantes, podendo apenas ser adiantado que se teve acesso a 4 indivíduos do sexo masculino, ofensores, 2 entrevistados e 2 envolvidos em diálogos sexuais com menores de idade, e a 1 vítima do sexo feminino, que foi entrevistada. Os conjuntos de diálogos online foram-nos cedidos pela vítima, tendo-se esta revelado uma fonte fundamental, por ter possibilitado o acesso a uma grande variabilidade de informação, decorrente do contacto envolvendo *grooming online* com cerca de 25 ofensores.

As entrevistas aos 3 participantes foram registadas em formato de áudio e posteriormente transcritas, tendo sido dada autorização para tal e assinado um consentimento informado pelos sujeitos, antes de realizada a entrevista (cf. Anexo 1). A confidencialidade e o sigilo assegurados a estes sujeitos estendem-se também aos indivíduos envolvidos nas

interações a que se teve acesso, tendo sido cumpridos todos os procedimentos éticos e deontológicos da investigação e todas as regras exigidas pelo regulamento geral de proteção de dados. Na descrição dos resultados, as entrevistas surgirão identificadas como E1, E2 e E3 e os diálogos como D1 e D2.

### **1.5. Método de Análise dos Dados**

A análise dos dados, quer das entrevistas quer dos diálogos, foi realizada através de um procedimento de análise de conteúdo, como proposta por Bardin (2011), procedendo-se, mais concretamente, a uma análise de conteúdo de tipo semântico, com construção de uma grelha de análise categorial, por milha, tendo a informação sido organizada em categorias, de acordo com as temáticas presentes nas entrevistas e nos diálogos *online*.

Inicialmente, procedeu-se à preparação do material, através da transcrição das entrevistas e impressão destas e dos diálogos, tendo-se, seguidamente, realizado uma primeira leitura, que permitiu o conhecimento dos dados e a tomada de decisão quanto à esquematização da análise. Seguidamente, passou-se para a segunda fase, a exploração do material, que consiste no tratamento dos resultados em bruto, que são transformados e agregados em unidades através de um processo de codificação. Para codificar é necessário escolher quais os elementos do texto a ter em conta, sendo preciso definir a unidade de registo e a unidade de contexto. A *unidade de registo* corresponde ao segmento de conteúdo que será considerado como unidade base, tendo aqui sido escolhido o *tema*. Este é utilizado de forma frequente na análise de entrevistas, nomeadamente quando se pretende estudar motivações, atitudes e/ou tendências, permitindo que a informação seja analisada de um modo mais abrangente. A *unidade de contexto* corresponde ao segmento da mensagem que permite compreender a unidade de registo, surgindo aqui a *frase*. Posto isto, realizou-se a categorização, isto é, a criação de categorias através do agrupamento de todos os elementos com características em comum. O critério utilizado foi o semântico, o que se traduz na junção de toda a informação com um significado idêntico em categorias, de acordo com os princípios definidos pela autora. Por fim, procedeu-se ao tratamento dos resultados, chegando-se a uma grelha de análise dividida em três grandes temáticas e constituída por várias categorias e subcategorias (Bardin, 2011), apresentada em anexo (cf. Anexo 4).

No sentido de diminuir possíveis enviesamentos e aumentar o rigor da análise, procurou-se avaliar a objetividade da categorização realizada a partir do estabelecimento de um grau de concordância específico entre dois juízes independentes, superior a 95%, correspondendo este método ao acordo inter-juízes. O papel de juiz independente foi

assumido pela orientadora desta dissertação, tendo este procedimento aumentado a validade e a fidelidade dos resultados (Fonseca, Silva & Silva, 2007).

## 2. Descrição dos Resultados

A análise de conteúdo das fontes de informação permitiu dividir os dados em três temas gerais, com várias categorias e subcategorias, como já referido. A primeira diz respeito à **Utilização da Internet**, estando aqui reunida a informação relativa às plataformas de comunicação usadas pelos participantes e os meios de acesso a estas. A segunda intitula-se **Modus Operandi**, correspondendo ao modo de atuar dos ofensores, quer as suas ações face à interação como na preparação desta. A terceira, **Perceções e Significados**, reúne as ideias e as significações dos ofensores que foram sendo recolhidas. Seguidamente, serão apresentados os resultados, organizados de acordo com a ordem anteriormente exposta, destacando-se no ponto seguinte, da totalidade de categorias e de subcategorias alcançadas, apenas a informação considerada mais relevante, encontrando-se esquematizados em anexo os resultados na íntegra (cf. Anexo 4).

### 2.1. Utilização da Internet

Nesta temática agruparam-se os dados recolhidos sobre o uso da Internet por parte dos sujeitos, sendo estes organizados em três categorias: *Conectividade*, *Meios de Acesso* e *Plataformas de Comunicação*.

A *Conectividade* diz respeito à ligação da pessoa ao mundo virtual, constatando-se que esta tende a ser regular (E2: “*estou sempre a utilizar a internet*”) e a ter como *Meios de Acesso* o computador (E1: “*através do computador*”) e o telemóvel (E1: “*também uso o telemóvel para ir à internet*”), podendo estes serem usados como complemento. Ao nível das *Plataformas de Comunicação* acedidas, foram várias as que surgiram, tendo estas sido organizadas de acordo com a utilização pretendida para o contacto com as vítimas. Destacaram-se os sites de Chat, pela facilidade de acesso (E1: “*não era preciso registo, era só colocar um apelido e falar, mais nada*”) e o Messenger, por ser a mais presente e por ter como intermediário o Facebook, rede social ao qual está associado. Observou-se a presença de uma extensão do contacto por diferentes plataformas (E2: “*Sim, às vezes falava com eles nos dois sítios*”), que se traduz pela utilização de diversas redes para comunicar com a mesma pessoa, sendo esta uma forma de garantir a continuidade (E1: “*continuar a falar nos*



*outros dias*”) e/ou uma maior privacidade (E1: “*para estar só os dois*”).

## **2.2. Modus Operandi**

A designação proposta pretende retratar o modo de atuação dos ofensores, encontrando-se nesta temática reunida a informação sobre o contacto com a vítima e a preparação deste mesmo. A organização dos dados gerou três grandes categorias, *Proteção da Identidade*, *Seleção das Vítimas* e *Interação*

### *2.2.1. Proteção da Identidade*

Nos dados recolhidos foi possível detetar a presença de diferentes medidas que surgem com o objetivo de evitar a sua identificação. A identidade *online* que os sujeitos assumem pode divergir da real, existindo um conjunto de dimensões passíveis de serem alteradas com o objetivo de evitar a identificação (E1: [Não tinha, por assim dizer, nada que o identificasse?] “*Sim, exatamente*”). Entre estas encontra-se a fotografia de perfil, que pode ser substituída pela figura de outra pessoa (E1: “*colocava outra foto*”), por outra imagem (E1: “*colocava uma paisagem ou algo assim*”) ou, simplesmente, ficar por preencher (E2: “*outros não tinham foto nenhuma*”). O nome (E1: “*colocava outro nome diferente*”) e a idade (E1: “*Sim, sim, podia alterar a idade*”) podem também ser alvo de alterações. Apesar das mudanças referidas, é importante salientar que alguns sujeitos se apresentam de um modo similar à sua identidade real (E2: “*alguns tinham lá a foto de verdade*”; E2: “*outros diziam logo que tinham trinta e tal*”; E2: “*falavam como a idade que tinham*”).

A mudança de dados identitários não é a única medida de segurança utilizada, podendo o sujeito criar contas diferentes na mesma plataforma de comunicação (E1: “*duas contas paralelas*”), utilizar plataformas de comunicação distintas conforme as finalidades (E1: “*só uso o Messenger mais para os amigos e assim pessoas conhecidas*”) ou até ter diferentes aparelhos de acesso (E1: “*tinha um computador só para aquele objetivo e outro computador só para outro*”).

### *2.2.2. Seleção das Vítimas*

De acordo com a informação analisada verificou-se a existência de uma seleção dos menores a contactar, surgindo alguns critérios como a idade (E1: “*era mais dentro da idade, ou seja, perguntava a idade e pronto, falava*”), o género (E1: “*Era mais com raparigas*”) e a vulnerabilidade. Esta última parece ser detetada a partir das partilhas nas redes sociais, nomeadamente as publicações realizadas no Facebook que ajudam os ofensores a identificar

os estados emocionais dominantes (E2: “*Punha que estava triste. Se estava chateada punha que estava chateada. Se estava enjoada punha que estava enjoada*”), sendo estes sujeitos “amigos virtuais” das potenciais vítimas (E2: “*Eram pessoas que aceitava como amigas*”). Os grupos existentes nesta plataforma de comunicação e nos sites de chat emergem como um meio de chegar aos jovens, sendo o contacto posteriormente individualizado (E2: “*era só para falar de jogos e músicas e isso (...). Só que depois, alguém de lá mandava mensagem para mim porque queria conhecer-me*”; E2: “*nesses grupos havia a parte em que falávamos todos juntos e outra em que podiam mandar mensagem só para mim. Então perguntavam como podiam contactar só comigo*”).

### 2.2.3. Interação

A interação tende a ser iniciada pelo ofensor (E1: “*Era eu que iniciava*”; E2: “*Eram eles [ofensores] que começavam a falar*”) e cumpre propósitos distintos. Enquanto a finalidade de alguns sujeitos é o contacto online e as trocas associadas (E2: “*Algumas [pessoas] só queriam imagens e falar e fazer videochamadas*”), para outros, este surge como um meio para atingir o contacto pessoal, sendo esta pretensão expressa ao longo da comunicação (D1: “*Temos que dar um passeio um dia*”; D2: “*Desejo imenso conhecer-te*”).

Alguns perpetradores adotam estratégias para se tornarem mais apelativos, com o intuito de aumentar a probabilidade de sucesso da abordagem (E1: “*começava a perceber que a pessoa queria uma idade... prontos, aproximada à dela, digamos assim*”). Estes podem realizar alterações no seu perfil, similares às referidas na proteção da identidade, de modo a criar uma personalidade mais jovem (E2: “*Tinha uma foto de pessoas mais jovens*”; E2: “*Alguns diziam que tinham, por exemplo, 14/15 anos, mas depois, quando eu sabia a idade verdadeira deles, eles tinham 30, 30 e tal*”), capaz de ser considerada mais atrativa. Outra estratégia observada é a adaptação da linguagem, tanto ao idioma da vítima (E1: “*Eu dizia que era brasileiro*”; E1: “*Era aquelas palavras características de lá*”), como à faixa etária, observando-se a adoção do calão juvenil (E2: “*utilizava linguagem igual à minha*”), através da utilização de “*abreviaturas*” (E2) e palavras características (E2: “*tipo LOL e isso*”) deste grupo. Para além disto, pode surgir uma adaptação às preferências da pessoa, sendo referido pela vítima uma tendência para do outro lado corresponderem aos seus gostos e interesses (E2: “*Se eu dizia que gostava de música, eles, por exemplo, também diziam. Por vezes era música, outras vezes era cinema, filmes, saídas, sítios*”). O ofensor faz assim uma aproximação à realidade juvenil, destacando no seu discurso as características em comum que se encontram presentes. (D1: “*temos muitas coisas em comum, também adoro escrever*

*e ler e música e dos XXX”).*

A abordagem utilizada para interagir com os menores também diverge, emergindo dois estilos diferenciados, classificados como direto e indireto. O primeiro diz respeito a um diálogo direcionado para as temáticas sexuais, com a introdução destas a ocorrer logo num primeiro momento (E1: *“eu era logo direto ao assunto. Começava pela idade, de onde era e depois começava logo... ah... sobre as temáticas sexuais”*), podendo o ofensor iniciar com um pedido de conteúdos, como fotografias (E2: *“havia uns que perguntavam logo, mandavam logo mensagem a pedir [fotos]”*). Na abordagem indireta, a solicitação de conteúdos não é imediata, existindo um período de construção de relação, com a solicitação de materiais a surgir numa fase posterior (E2: *“geralmente era um mês, naqueles que não perguntavam logo. Porque primeiro começávamos a falar de coisas normais, depois começavam a perguntar coisas mais íntimas e só depois é que perguntavam pelas fotos”*).

Os diferentes estilos mencionados surtem um impacto distinto na vítima, sendo a interação direcionada para o estabelecimento da relação (estilo indireto) referida como decisiva para a obtenção de uma resposta (E2: *“quando era esses [estilo direto] nunca mandava, nem falava. Era só mais com os que falavam comigo com quem já tinha estabelecido relação porque sentia alguma relação com eles”*). A vítima ressalta ainda a atenção e o apoio emocional fornecidos pelos ofensores, como fatores que contribuíram para a sua cooperação (E2: *“eu só falava com aquelas [pessoas] que me davam atenção, só falava com aquelas que diziam que eu era bonita, que era especial, com aquelas que me davam afeto, que me davam carinho que era uma coisa que eu não tinha. Com as outras que não faziam isso, não falava”*). A perceção destes sujeitos como um suporte parece relacionar-se com a duração da interação, definida entre meses e anos (E2: *“Algumas eram durante uns meses (...). Houve outras durante anos”*), existindo atualmente contacto com alguns deles, nomeadamente em períodos de maior fragilidade (E2: *“Só, às vezes, quando estou mal é que falo com essas pessoas, ainda”*). No estilo direto, o período indicado foi inferior, com os sujeitos a estipularem uma duração máxima (E1: *“O máximo era para aí 1 mês, ou assim. 1 mês, 1 mês e pouco. (...) Normalmente eram só umas semanas”*).

Relativamente às temáticas sexuais, a sua introdução divide-se entre questões sobre relacionamentos (E2: *Depois começavam a perguntar se eu já tinha namorado, se eu gostava de alguém*; D2: *namoras?*) e sobre a experiência sexual (E2: *“começavam a perguntar se já tinha tido relações e esse tipo de coisas”*; D1: *“És virgem?”*; D2: *“Alguma vez beijaste alguém?”*), podendo estas surgirem conjuntamente. O desenvolvimento desta matéria passa por aquilo que se considera ser uma dessensibilização da vítima e respetiva normalização

das práticas sexuais. Para além da apresentação do sexo como sinónimo de afeto (D1: “*é assim que se demonstra o amor*”), pode ocorrer o envio de pornografia de menores (E1: “*algumas não se acreditavam que os menores faziam, depois a partir desses vídeos começaram a acreditar*”) com o propósito de incutir a ideia de algo normativo, destacando-se esta estratégia no estilo direto. Com a progressão da interação, observam-se duas trajetórias diferentes. Por um lado, manifestaram-se um conjunto de comportamentos sexualizados (D1: “*Importas-te que bata uma a olhar para ti?*” [...] “*Já estou a fazer linda, sabe tão bem, nem imaginas, adorava que estivesse aqui comigo agora a ver, gostava que me tocassem e gostava de te tocar e beijar e sentir esse corpinho*”) e o recurso a uma linguagem mais ofensiva (D1: “*sua puta linda*”), e pelo outro, a romantização da relação expressa através de elocuções afetuosas (D2: “*e teu coração, achas que ele já é capaz de amar?*”; D2: “*Um abraço tão forte que sentisse teu coração bater no meu*”).

Na comunicação apareceram solicitações diferenciadas, podendo o sujeito requerer uma troca de conteúdos, outras formas de contactos, ou ainda que a vítima se insira em grupos específicos. O pedido de materiais como fotografias e vídeos, pode, inicialmente, não transparecer um carácter sexual (D1: “*Mandas-me uma foto tua (...) Só da cara, linda*”; E2: “*havia alguns que ao princípio diziam para enviar fotos como quisesse, fotos normais, do que estava a fazer*”), tornando-se este, numa fase posterior, explícito (D1: “*assim uma foto bem sexy, sem roupinha*”; E2: “*depois à medida que ia mandando, diziam para mandar mais e outro tipo de fotos*”), chegando a ser fornecidas instruções do que era pretendido (E2: “*pediam vídeos sem roupa e a fazer coisas*”). Alguns ofensores demonstraram-se disponíveis para partilharem imagens suas com a vítima (D2: “*queres ver foto minha também?*”).

Os pedidos estendem-se às videochamadas (E2: “*pedir para fazer (...) videochamada*”), ao telemóvel (D2: “*Depois queres trocar número de telemóvel?*”) e a propostas para se encontrarem (D1: “*queres encontrar-te comigo para nos conhecermos melhor?*”; D2: “*será que dá para estarmos juntos?*”), quando este é um dos objetivos dos sujeitos. Observa-se, ainda, o direcionamento da jovem para vários grupos (E2: “*ele dizia para ir a um grupo, dava-me o link, dizia para aceder lá, e falava com vários homens diferentes. Ele dizia que existiam outras pessoas que queriam falar comigo, então eu entrava lá e tinha para aí uns 10 ou 11 homens que queriam falar comigo e ele dizia para eu falar com eles*”) onde decorriam contactos e partilhas de conteúdos de cariz sexual (E2: “*Eram só de sexo e isso, coisas relacionadas com isso*”), nomeadamente pornografia de menores (E2: “*enviavam vídeos e fotos e diziam para eu enviar também. Eu enviava fotos minhas e*

*eles enviavam fotos de outros jovens, e depois de pessoas mais novas”*), ocorrendo um incentivo à produção e distribuição desta (E2: “*Queriam que (...) eu e outro jovem nos encontrássemos e fizessemos coisas e mandássemos fotos*”).

Na interação emergem um conjunto de estratégias que parecem ter como finalidade a manutenção da relação, estando estas mais presentes no estilo indireto. Observa-se a valorização da vítima através de elogios à sua aparência física (D1: “*és uma das raparigas mais lindas que já vi*”) e da utilização de termos carinhosos (D1: “*princesa*”; D1: “*fofa*”), constituindo esta uma forma de iniciar a abordagem (D1: “*Vi o teu perfil e achei-te linda*”). Por parte dos ofensores há demonstração de interesse em conhecer a menor (D2: “*Gostava de conhecer-te melhor*”) e disponibilidade para estabelecer contacto (E2: “*diziam que se alguma vez quisesse falar com eles, eles estavam lá para mim*”). À medida que a comunicação se desenrola é manifestada uma preocupação com o bem-estar da pessoa (D1: “*Mas está tudo bem?*”; D2: “*E então, como estão a correr as coisas? Como estás?*”), associada à criação de um sentimento de segurança, que pretende passar uma imagem de si como não ameaçador (D1: “*sei que sou mais velho, mas sou amigo*”; D2: “*95% dos homens não são como eu (...) que me preocupo contigo e demonstro gostar de ti*”). Ao longo da interação, vai ocorrendo uma recolha de informação (E2: “*diziam que me queriam conhecer, para falar um pouco de mim, onde é que andava na escola, se tinha amigos, como é que era a minha família, como é que me sentia, o que é que gostava de fazer, o que é que não gostava de fazer, se gostava de sair*”; D1: “*Andas em que escola?*”; D2: “*e como é a tua relação com os teus pais?*”), que permite ao ofensor identificar as vulnerabilidades presentes (E2: “*não tenho amigos, gozam comigo, odeio andar na escola, só queria desaparecer*”; E2: “*nem os meus pais gostam de mim*”) e tentar preencher as carências encontradas e apresentando-se como uma figura necessária na vida da pessoa (D1: “*só precisas de alguém como eu que te ame*”; D2: “*Acho que precisas de alguém que te ouça... e que se preocupe contigo... e que esteja do teu lado*”).

Um dos sujeitos adotou o que pode ser designado como congruência de experiências, afirmando ter tido o mesmo problema de saúde que a vítima (D2: “*sei o que isso é... passei por isso*”), apresentando-se, assim, como semelhante a esta (D2: “*eu se não fosse frágil como tu, não teria percebido o que és*”) e aproveitando a alegada partilha de vivências para aumentar os conhecimentos sobre a jovem. O suporte emocional está também presente ao longo do contacto, encontrando-se bastante marcado num dos diálogos (D2: “*Estou sempre contigo (...) estou sempre aí do teu lado*”; D2: “*eu acredito muito em ti!!*”; D2: “*muita força e muita coragem*”), em que surge o que se considera ser uma tentativa de isolamento e

afastamento das pessoas responsáveis (D2: *“quem sabe do que se passa? [... A, B e C] e isso não te incomoda? [Incomoda e não é pouco] então porque lhes contas?”*).

Para manter a relação, o ofensor tem de impedir que esta seja divulgada, aparecendo no discurso algumas técnicas que pretendem garantir a manutenção do segredo. Nesse sentido, o ofensor pode pedir para que a “amizade” não seja revelada a terceiros, de modo a ser conservada (E2: *“Diziam que não podia contar o que se estava a passar porque depois não iam poder falar comigo, depois ia-lhes acontecer coisas más. Não podia falar deles porque depois ia estragar a nossa relação”*), assim como recorrer a ofertas (E2: *“E também davam dinheiro para não falar e davam prendas para não falar”*). As ameaças também se encontram presentes no discurso, através de referências a fotografias da vítima que o ofensor tem em sua posse (E2: *“diziam que se (...) se dissesse a alguém publicavam aquelas fotos”*) e da própria integridade física da pessoa (D1: *“se contares, algo de mal vai-te acontecer”*). A manipulação psicológica é ainda um dos meios utilizados, observando-se uma descredibilização do discurso da menor, no sentido de evitar que esta proceda à revelação (E2: *“que ninguém ia acreditar em mim, que eles eram mais velhos e que as pessoas iam pensar que eu estava a mentir”*; D1: *“ninguém vai acreditar num puta como tu”*).

Algumas das estratégias anteriormente referidas surgem também como um recurso para o sujeito conseguir obter fins específicos, estando estes relacionados com os objetivos que o levaram a iniciar a interação. O que as distingue da sua referência passada, é o facto de serem aqui utilizadas para convencer/obrigar a vítima a colaborar e/ou para gratificar a sua colaboração. Deste modo, aparecem aqui as ofertas, juntamente com alguns privilégios (E2: *“costumavam-me dar dinheiro, prendas, costumavam-me dar colares, levar a passear, ir ao cinema, ir à praia”*; D1: *“de todas as vezes dou-te dinheiro”*), assim como a valorização através de elogios (D1: *“tu és perfeita a sério que és”*; D2: *“Estás cada vez mais bonita”*) e da demonstração de afeto (D1: *“amo-te muito”*; D2: *“gosto de ti”*). As ameaças relativas à exposição pública de conteúdos anteriormente obtidos também estão presentes (D1: *“Mas tens que ir, ou esqueceste-te que tenho as fotos, mando para os teus amigos e familiares e lixas-te... depois não te queixes; então, como vai ser vais estar comigo ou não?”*; D1: *“se não fizeres o que eu te mando mostro as fotos”*), surgindo consequências para a vítima quando esta não é tão responsiva ou não colabora como é esperado (D1: *“Sua puta porque é que me deste uma tampa? Não sabes que tens que falar comigo, só por causa disso mostrei as tuas fotos ao meu amigo”*). Estas constituem uma forma do ofensor demonstrar que é capaz de cumprir as ameaças, reforçando o seu domínio. A manipulação psicológica manifesta-se aqui através da utilização do laço estabelecido para cobrar o

cumprimento das solicitações propostas (D1: *“já sabes que sou teu amigo e gosto muito de ti, se não mandares deixo de ser teu amigo e acho que precisas de um amigo”*; D2: *“acho que não merecia o que fizeste (...) lamento ter acreditado que gostavas de mim...”*).

O término da interação pode ocorrer por ação de três atores distintos. A cessação pode partir da vítima (E2: *“A alguns eu disse que queria deixar de falar”*), resultando esta numa insistência por parte do ofensor (E2: *“eu dizia que queria deixar de falar e eles continuavam a mandar mensagens e eu, simplesmente, não respondia e há alguns que até hoje mandam mensagens”*) e até numa retaliação contra esta (E2: *“uma vez a um eu disse que queria deixar de falar e ele publicou fotos minhas. Depois na escola toda a agente ficou a saber e eu tive de mudar de escola, porque estavam sempre a gozar comigo”*). O fim da comunicação pode ser realizado pelo próprio ofensor (E2: *“deixavam de falar comigo”*), surgindo como justificação mais prevalente a idade da jovem (E2: *Porque eles diziam que já estava a ficar mais velha*; E2: *“houve outro, que foi o único, que dizia que estava arrependido, achou mal ter feito o que fez e queria deixar de falar comigo porque se sentia mal. Mas esse foi o único*). Por fim, pode ocorrer uma intervenção das autoridades policiais (E1: *Foi a polícia*), levando a um processo judicial (E1: *Porque houve uma denúncia de uma mãe*) e à consequente interrupção, temporária ou não, dos comportamentos do ofensor.

### 2.3. Perceções e Significados

Nesta temática reuniram-se as perceções e significados identificados no discurso dos ofensores, surgindo três categorias distintas, *Perceções relativas à potencial vítima*, *Perceções acerca do próprio comportamento* e *Cognições e Racionalizações*.

#### 2.3.1. Perceções Relativas à Potencial Vítima

As subcategorias aqui mencionadas dizem respeito à perspetiva que o sujeito possui das pessoas com quem contacta, isto é, das pessoas que, nas suas palavras, estão *do outro lado*. Desde logo, destacou-se a facilidade na obtenção de resposta às intervenções realizadas pelo próprio direcionadas para as temáticas e conteúdos sexuais, adotando um estilo mais direto (E1: *Sim, respondiam, sim, respondiam, respondiam*). Esta acessibilidade foi justificada pela nacionalidade dos menores abordados, efetuando o ofensor uma distinção entre Portugal e o país em questão (E1: *“Falavam mais facilmente das coisas. Aqui em Portugal era muito mais difícil falar dessas coisas”*; E1: *“aqui parece que têm mais medo, as pessoas aqui são mais presas e assim...”*). No discurso foi levantada a hipótese de a vítima não ser quem diz ser, estando o sujeito consciente da possibilidade de estar a ser

ludibriado (E1: “*podia aparecer uma pessoa adulta ou uma pessoa diferente*”). Foi, ainda, realizada uma distinção entre o contacto com adultos e o contacto com menores, com destaque para a curiosidade dos mais novos como uma característica facilitadora da interação (E1: “*Eles como eram menores eram mais curiosos, às vezes perguntavam e assim, e a coisa era muito mais fluída. Com os adultos já não é tanto*”), tendo a abordagem aos adultos de ser diferente (E1).

### 2.3.2. Perceções Acerca do Próprio Comportamento

Acerca da própria conduta, foi possível identificar o que se caracterizou como a trajetória de entrada no comportamento desviante, que se iniciou com a procura de conteúdos sexuais (E1: “*Eu e um amigo começamos a procurar vídeos para maiores de 18 e assim*”) quando era ainda adolescente. A facilidade de acesso à pornografia de menores foi destacada como um elemento chave na evolução desta trajetória (E1: “*consegui encontrar vídeos, mas de menores. Eu pensava que era uma coisa ou difícil ou muito escondida, mas não, era uma coisa muito fácil*”), que era visualizada (E1: “*eu via tudo*”) e partilhada (E1: “*descarregava e partilhava*”), tornando-se, como o próprio refere, um vício (E1: “*comecei a ficar um bocadinho, digamos assim, viciado*”). A ociosidade emerge como um dos motivos que levam a iniciar-se nos sites de chat, estabelecendo contacto com menores de idade. Este comportamento tornou-se, nas suas palavras, incontrolável (E1: “*Sentia que não conseguia, se calhar parava 1 mês ou 2 meses e depois voltava, pronto, não conseguia parar*”), existindo um desejo de saída, mas simultaneamente uma persistência da conduta (E1: “*Estava a toda a hora, várias horas por dia, constantemente a escrever e a procurar outras pessoas*”), o que levou à dimensão atingida quer ao nível do tempo (E1: “*Passou-se 12 anos*”), como ao número de contactos (E1: “*deve ter passado dos mil*”). Observa-se a consciência do carácter criminal das próprias ações, existindo um receio, que foi diminuindo com o passar do tempo (E1: “*Sim, sempre houve receio, só que os anos foram passando, passando, passando e não acontecia nada*”). O sujeito parece realizar uma distinção entres mundos, concebendo a existência de “*duas vidas paralelas*” (E1). Assim, “*vivia de um lado e vivia do outro*” (E1), afastando as duas realidades em que se inseria, com o comportamento transgressor a ser manifestado apenas numa delas.

### 2.3.3. Cognições e Racionalizações

Aqui encontram-se todas as justificações para o comportamento que surgiram no discurso dos sujeitos, e que parecem cumprir propósitos de desresponsabilização e de



neutralização do seu carácter danoso. Observa-se a existência de três tipos de atribuições distintas. Os ofensores podem atribuir a responsabilidade a uma fonte externa, surgindo a referência à mediatização de casos envolvendo o abuso e a produção de pornografia de menores, como impulsionadora da procura de conteúdos sexuais com crianças (E1: “*Aqui, o grande problema é que na altura que tinha 16 anos, eu pronto, não devia ter feito aquilo, mas só falavam de Casa Pia...*”). A educação e a supervisão parental foram também mencionadas, com o sujeito a culpabilizar os pais por não ensinarem os “*filhos a não ir para esses sítios*” (E1) e a salientar que “*a maior parte dos pais deixa os filhos fazer o que quiser*” (E1). Apesar disto, surgiu, paralelamente, uma atribuição interna da responsabilidade, ao referir que sempre teve “*uma coisa, algo a dizer que gostava de falar com menores*” (E1). Ainda dentro deste grupo, observa-se a atribuição de um carácter pedagógico ao comportamento, com o diálogo sobre as temáticas sexuais a ser entendido como uma espécie de educação sexual (E1: “*Se já tinha feito alguma coisa com alguém ou eu nessa altura começava a... explicar... prontos, a dizer... a dizer que... depende da idade da pessoa porque se fosse a partir de uma certa idade, eu já dizia à pessoa que tinha de tomar a pílula primeiro porque poderia engravidar*”), manifestando-se também uma preocupação com a entrada da vítima por “*maus caminhos*” (D2: “*não sigas por maus caminhos... nem caias na asneira de te meter em drogas ou assim... nem para experimentar... por favor, sê superior a tudo isso*”).

Dentro desta categoria encontra-se também um conjunto de distorções cognitivas, isto é, crenças erróneas que o sujeito possui, que se dividem na minimização do dano que o seu comportamento provoca (D1: “*já fodeste com XXXX, agora fodes comigo, qual a diferença?*”), na percepção da sexualidade como um direito adquirido pela sua condição masculina (D1: “*um homem tem que ter prazer*”) e na conceção dos impulsos sexuais como incontrolláveis (D1: “*os homens não conseguem resistir à tentação (...) não te consigo resistir*”).

### **3. Discussão dos Resultados**

Finalizada a descrição dos dados, proceder-se-á agora à sua análise, tendo em consideração os objetivos da investigação e a sua relevância. Importa destacar, como terá sido visível na exposição dos resultados, que uma das entrevistas não se demonstrou tão pertinente para este tema em particular, como era esperado, pois o participante não assumiu

a prática de um conjunto de atos que estiveram na base da sua seleção.

O propósito deste estudo é a compreensão em profundidade do fenómeno do *grooming online*, sendo um dos objetivos apontados o conhecimento das intenções dos ofensores. O que se verifica é que o estabelecimento de contacto *online* com menores parece servir duas finalidades centrais: o envolvimento em trocas virtuais de cariz sexual ou a concretização de um contacto físico com estes, visando a prática de atos sexuais. Esta constatação vai ao encontro de estudos anteriores (Briggs *et al.*, 2010; Kloess *et al.*, 2015) e da tipologia proposta por Briggs e colaboradores (2010) que distingue os sujeitos entre *contact-driven* ou *fantasy-driven*.

Associada à interação surge, em alguns casos, uma preparação do contacto, com os sujeitos a realizarem alterações relativas ao modo como se apresentam, aparentando estas ser uma forma de se protegerem e/ou de se adaptarem. Relativamente às questões de segurança, além da modificação da identidade, também se detetaram outras medidas descritas na literatura, como a utilização de meios de acesso diferentes dos usuais (Balfe *et al.*, 2015). Contudo, as ações realizadas com o intuito de impedir a identificação não estão sempre presentes, com alguns ofensores a não fazerem qualquer tipo de alteração e a revelarem informações pessoais. Isto parece indicar a não existência de uma consciência do risco de deteção pelas autoridades policiais, que se poderá dever à sensação de anonimato conferida pela internet (Balfe *et al.*, 2015; Suler, 2004).

Além da alteração da identidade no sentido da adaptação encontram-se outras modificações que revelam ter como propósito tornar o sujeito mais apelativo e aumentar a probabilidade de sucesso no estabelecimento de contactos. A sua realização demonstrou-se variável, tal como refere a literatura (Wolak *et al.*, 2008; Webster *et al.*, 2012; Wolak & Finkelhor, 2013). As dimensões do perfil que aparentam ter sido alteradas neste sentido são a idade e a imagem com a qual o sujeito se apresenta. Os indivíduos podem ainda adaptar a linguagem usada, adotando o calão juvenil, e ajustarem-se às preferências da vítima, através da correspondência aos seus gostos e interesses, tendo sido realizadas observações semelhantes em estudos anteriores (Santisteban *et al.*, 2018; Webster *et al.*, 2012).

Embora as pesquisas apontem para uma percentagem de 5% dos ofensores que assumem um perfil de um jovem adolescente (Wolak *et al.*, 2004), na informação recolhida surge informação sobre tal, sendo que, para conseguirem ser credíveis, os sujeitos necessitam de realizar várias alterações simultaneamente, como no aspeto com que se apresentam, na linguagem com que se exprimem e nos temas que abordam. Esta aproximação à idade da vítima não parece ser uma condição necessária para que a comunicação se desenvolva, sendo

que o facto de os sujeitos se revelarem como adultos não se manifestou ser um impeditivo para esta, à semelhança do que foi encontrado noutros estudos (Kloess *et al.*, 2015). Alguns autores definem que as mudanças podem ocorrer previamente a qualquer tipo de contacto ou serem o resultado de tentativas de interação que fracassaram (Santisteban & Gámez-Guadix, 2017; Webster *et al.*, 2012). Os dados recolhidos não permitem verificar tal conclusão, contudo, destaca-se o discurso de um sujeito que afirmou ter procedido a uma alteração após a perceção de que esta era uma característica procurada pelos jovens.

Relativamente aos procedimentos de seleção das vítimas surgiram três variáveis: a idade, o género e a vulnerabilidade. Esta última parece ser detetada a partir da informação partilhada através de redes sociais, como o Facebook, que possui um espaço específico para a pessoa expressar o que sente. O facto de esta ser tida em conta sugere a existência de um processo de *scanning* que se refere à pesquisa que é realizada através da leitura dos perfis *online*, no sentido de identificar possíveis alvos (Webster *et al.*, 2012). Os indicadores de vulnerabilidade foram também destacados por Malesky (2007) como uma das características procuradas pelos ofensores, por revelarem uma maior facilidade de manipulação/submissão, como já referido. Esta realidade surge também no nosso estudo. Nos meios de acesso às vítimas sobressaem os grupos existentes nas plataformas de comunicação, direccionados para vertentes lúdicas relacionadas com interesses juvenis. Estes constituem uma forma de aceder a uma grande diversidade de jovens, ocorrendo posteriormente a individualização do contacto.

No nosso estudo o ofensor surgiu sempre como o agente de iniciação da abordagem, ocorrendo esta de duas formas distintas. Alguns sujeitos parecem adotar um estilo mais direto, com o início do diálogo a remeter logo, de algum modo, para as temáticas sexuais, seja através de questões como de pedidos de conteúdos. Outros abordam a vítima com um discurso mais neutro, demonstrando interesse nesta e disponibilidade para conversar e para o estabelecimento de uma relação. Esta diferenciação é consonante com os resultados encontrados em pesquisas anteriores (Kloess *et al.*, 2017; Webster *et al.*, 2012; Wolak *et al.*, 2004).

Se considerarmos, como referido na literatura da especialidade, o *grooming* como uma fase preparatória para o abuso, que tem como um dos objetivos específicos ganhar a confiança da criança (Craven *et al.*, 2006), considera-se que um dos estilos de abordagem aqui apresentados não poderá ser classificado como uma manifestação deste processo, por não se verificar uma tentativa de desenvolvimento de um laço relacional. Esta distinção entre uma abordagem “com *grooming*” e uma abordagem “sem *grooming*”, surge também em

Kloess e colaboradores (2017) ao não identificarem no estilo direto uma preparação da criança para o abuso. O impacto produzido parece ser distinto, nomeadamente na duração da interação, cujos estudos anteriores demonstraram ser bastante variável (Briggs *et al.*, 2010; Craven *et al.*, 2007; Webster *et al.*, 2012). No nosso estudo, o período de contacto para as abordagens em que ocorre o desenvolvimento de uma relação foi referido como variando entre meses e anos, já no estilo direcionado para as temáticas sexuais, o tempo máximo de contacto mencionado foi de um mês.

A introdução das temáticas sexuais pode, como referido, ser realizada em dois momentos, numa fase inicial do contacto ou numa etapa posterior. Assim, enquanto alguns sujeitos efetuam uma sexualização gradual da relação, outros sexualizam-na de imediato. O recurso a questões sobre a intimidade da vítima emerge como uma estratégia de iniciação e aparenta estar presente em ambas as abordagens, sendo que, no estilo mais direto, parece existir uma restrição a perguntas relativas à experiência sexual, enquanto no indireto surgem, juntamente com estas, interrogações sobre a existência de relacionamentos, o que se poderá dever a um processo de introdução progressiva do tópico. Na fase de desenvolvimento ocorre o que se considera ser uma normalização das atividades sexuais envolvendo menores, quer através do envio de pornografia infantil, que se destaca na abordagem direta, quer pela introdução ou definição do sexo como sinónimo de afeto, presente na abordagem indireta. A expressão do que se consideram ser comportamentos sexualizados, como a exposição dos órgãos genitais através de videochamada ou a descrição de práticas sexuais, manifesta-se em ambas, assim como a solicitação de conteúdos como vídeos e fotografias de cariz sexual, encontrando-se referências semelhantes na literatura (Kloess *et al.*, 2017; Marcum, 2007; Webster *et al.*, 2012).

A extensão dos contactos para outras plataformas e para outros meios foi também referida pelos nossos sujeitos, destacando-se, na interação com *grooming*, o uso do telemóvel, como forma de manter a continuidade da comunicação. O pedido de marcação de encontro também surge, nomeadamente quando constitui um objetivo para o ofensor, tendo sido observado apenas nas situações de estilo indireto. Através da análise realizada, constata-se que os sujeitos vão dando pistas sobre a sua intenção de encontro até este ser proposto diretamente. Enfatiza-se, ainda, a inserção da vítima em grupos de partilha de conteúdos sexuais, em que ocorre a distribuição de pornografia de menores e o contacto por parte de outros ofensores. O ambiente nestes criado parece ser legitimador das práticas adotadas, remetendo para os grupos referidos por Chiang e Grant (2017) e Wolak e colaboradores (2008).

No que concerne às estratégias encontradas, constata-se que algumas destas podem ter finalidades diferentes, conforme o momento em que são utilizadas, podendo contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da relação ou, ainda, para conseguir a colaboração do menor no sentido de obter fins específicos, o que já tinha sido observado por outros investigadores (Kloess *et al.*, 2017). Todas as estratégias identificadas se manifestaram na abordagem com *grooming*, sendo que apenas duas delas, o pedido de segredo e a ameaça, foram referidas no estilo de interação direto. Verificou-se o recurso, por parte dos *groomers*, à valorização da vítima, como forma de estabelecer o contacto, apresentando-se estes como interessados e disponíveis para esta, tal como anteriormente referido. Sob o pretexto de desenvolverem uma relação, os ofensores tentam conhecer melhor quem está *do outro lado*, detetando as vulnerabilidades presentes através da recolha de informação. Identificadas as carências, tendem a colmatá-las, mostrando-se como figuras necessárias à vida da criança. Sempre que a vítima expressa algum receio, o sujeito enfatiza as suas “boas intenções”, criando um sentimento de segurança e amenizando as inquietações manifestadas. A preocupação com o bem-estar dos menores surge no discurso, apresentando-se o ofensor como um suporte emocional, podendo alegar uma compreensão profunda dos seus sentimentos ao afirmar ter vivenciado experiências semelhantes. Está também presente o que se assemelha a uma tentativa de isolamento, apresentando-se o ofensor como o confidente de que a criança precisa. A conservação do segredo surge no conjunto de estratégias que visam a manutenção da relação, pois uma revelação da interação a terceiros, além de uma possível deteção pelas autoridades policiais, pode levar à quebra do contacto. Assim, o perpetrador pode pedir segredo ou recorrer a ofertas ou a ameaças. A manipulação psicológica é igualmente empregue, com os *groomers* a utilizar o vínculo relacional e a culpabilizar a criança/jovem, para garantir o seu silenciamento. Estratégias como as ofertas ou privilégios, a valorização, as ameaças e a manipulação psicológica são também utilizadas com o intuito de convencer ou obrigar a vítima à troca de conteúdos ou à participação em atividades sexuais, quer *online* quer presenciais ou, ainda, para recompensar a sua colaboração. As estratégias encontradas são semelhantes às referidas em estudos internacionais (Santisteban *et al.*, 2018; Webster *et al.*, 2012; Williams *et al.*, 201).

A cessação dos contactos pode surgir por uma perda de interesse de ambas as partes, ou partir de um de três atores distintos: a vítima, o ofensor ou as autoridades policiais. O término pelo menor gera reações distintas nos ofensores, observando-se uma persistência e retaliação por alguns dos sujeitos que recorriam ao *grooming* e a procura de novos alvos por quem adota uma abordagem mais direta. Isto poderá estar relacionado com o grau de

investimento dos perpetradores, nomeadamente na construção da relação, parecendo existir uma maior intensidade do diálogo nas interações com *grooming*. Relativamente ao fim da interação por parte do próprio ofensor, a idade da vítima surge como um motivo, nomeadamente o facto de esta ficar mais velha, o que parece sugerir um interesse específico por uma determinada faixa etária, reforçando a idade como critério de seleção.

Na análise realizada destacam-se, ainda, as racionalizações dos sujeitos, isto é, as justificações que foram surgindo no discurso e que têm como propósito a desresponsabilização pela própria conduta. Estas emergiram quer nas entrevistas, quer nos diálogos, o que parece demonstrar terem, não só um contributo para a prossecução da ação, como proposto por investigações anteriores (Craven *et al.*, 2006; Santisteban *et al.*, 2018; Ward & Keenan, 1999), mas servirem também para o indivíduo lidar com o facto de ter praticado um comportamento criminalmente punível. As distorções cognitivas encontradas num dos participantes vão ao encontro das que comumente se observam nos abusadores sexuais de crianças, como a conceção dos impulsos sexuais como incontroláveis ou a sua manifestação como um direito e, ainda, a minimização do dano causado (Ward & Keenan, 1999), estando também presentes, um conjunto de atribuições externas da responsabilidade.

Relativamente a possíveis fatores que podem contribuir para o estabelecimento do contacto com menores, a literatura refere algumas variáveis que se encontram presentes num dos casos, como a ociosidade e o isolamento social (Briggs *et al.*, 2010). No entanto, constata-se a existência de sujeitos que estão empregados e possuem uma estrutura familiar. Esta contradição levanta a necessidade de uma maior exploração das motivações que suportam tal conduta.

Os resultados encontrados revelam distinções entre abordagens, mas também dentro das mesmas, nomeadamente no processo de *grooming*. Num dos casos, observou-se uma rápida sexualização da relação, com o sujeito a adotar uma conduta e uma linguagem sexualizada e a recorrer a estratégias mais violentas como a ameaças. Noutra situação, verificou-se uma introdução demorada das temáticas sexuais, com o ofensor a utilizar o romance e a sedução, demonstrando-se desiludido e magoado com a vítima sempre que esta não correspondia às suas solicitações, estando aqui presente a manipulação psicológica do menor. Esta abordagem mais subtil parece corresponder, tal como O'Connell (2003) refere, a uma maior valorização da relação, com o sujeito a demonstrar-se cuidadoso na pressão realizada sobre a criança de modo a evitar a quebra de contacto.

Não se observou nenhuma sequência fixa nas interações relativas ao processo de *grooming*. Parece ocorrer uma fase inicial de construção de relação e obtenção da confiança

da vítima, como observado por O'Connell (2003) e Williams e associados, (2013), e uma posterior introdução das temáticas sexuais, que aparenta progredir relativamente aos tópicos abordados, às solicitações realizadas e às estratégias utilizadas, tal como proposto por Kloess *et al.* (2015). Os resultados encontrados também se aproximam do ciclo de abuso do *grooming online* proposto por Santisteban e colaboradores (2018), no que concerne à Internet como um ambiente facilitador, pela existência de todo um conjunto de plataformas de comunicação através das quais o contacto pode ser estabelecido e pela possibilidade de adoção de diferentes estratégias de persuasão. O estudo e adaptação às necessidades da vítima, observados por estes autores, como forma de a atrair para a dinâmica abusiva, também se verifica, aparentando ser fundamental para o estabelecimento de uma ligação afetiva. Ao contrário do que seria esperado, tendo em consideração investigações anteriores, não foi explícito nas interações dos sujeitos da nossa amostra o que O'Connell destacou como um *risk assessment stage* e que outros autores (Williams *et al.*, 2013) identificaram nas suas pesquisas como a preocupação com uma possível exposição. Como já referido, alguns sujeitos partilharam dados pessoais e chegaram até a colocar-se em risco para se encontrarem pessoalmente com a vítima.

A análise realizada permitiu verificar a existência de uma grande diversidade no processo de *grooming*, compreendendo-se as dificuldades na tentativa de propor um modelo único que retrate as dinâmicas e os estádios do procedimento. Apesar de se ter observado a presença de algumas etapas propostas por teóricos que estudam a temática, não se considera viável o estabelecimento de uma ordem sequencial fixa. O fenómeno é dinâmico, existindo um largo espectro de possibilidades de ação por parte dos *groomers*. A relação estabelecida aparenta ser a grande diferença entre esta abordagem e a outra, mais direta, que foi por nós identificada. Enquanto na interação com *grooming*, o sujeito recorre ao vínculo relacional para conseguir o envolvimento da criança/jovem, na interação mais direta o ofensor parece aproveitar-se da curiosidade sexual típica do período de desenvolvimento. O impacto provocado é distinto, sendo que a relação estabelecida coloca à disposição do ofensor um maior leque de estratégias para persuadir e manipular a vítima.

O *grooming* surge na literatura como o grande componente das interações sexuais com menores que se estabelecem através das plataformas de comunicação *online*. Contudo, este não se revela necessário para a concretização do abuso, existindo estudos anteriores que o expõem como um processo minoritário na amostra recolhida (Kloess *et al.*, 2017).

## Conclusões

O estudo aqui apresentado foi realizado com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre um fenómeno em expansão, o *grooming* sexual *online*, cujo campo do saber é, ainda, incompleto e pautado por algumas contradições.

O *grooming online* revela-se complexo, multifacetado e diverso. Comportamentos como a adaptação do perfil e da linguagem podem ou não estar presentes e as estratégias adotadas apresentam-se como variáveis. O estabelecimento e a manutenção de uma relação com a potencial vítima aparenta ser a chave do processo, que impede que o ofensor seja percecionado como um perigo e possibilita que a exploração sexual ocorra. A vulnerabilidade dos menores manifesta-se como um fator de risco para o seu envolvimento nestas práticas abusivas.

Através dos resultados obtidos detetaram-se abordagens distintas nas interações com as vítimas, com apenas uma destas a poder ser considerada um processo de *grooming*. As diferenças encontradas vêm contribuir para a discussão já existente relativa à utilização da terminologia para ambos os estilos (Webster *et al.*, 2012), que gera ambiguidade e complexifica a sua definição (Kloess *et al.*, 2017), e para a desconstrução da conceção do processo de *grooming* como fundamental para os contactos estudados (Kloess *et al.*, 2017). Levanta-se, assim, a necessidade de continuar a desenvolver o estudo em profundidade deste fenómeno, e de se pormenorizar as diferenças entre as abordagens e as motivações que podem levar os sujeitos a optar por uma em detrimento da outra modalidade de abordagem.

Estabelecer generalizações nunca foi a finalidade desta investigação, nem a amostra selecionada assim o permitiria, apesar de, mesmo sendo reduzida, ter possibilitado a identificação de um amplo conjunto de fatores encontrados também noutros estudos. O número de participantes é, sem dúvida a maior limitação do nosso estudo, devendo-se este quer à natureza sensível da temática, quer ao facto de os nossos pedidos de colaboração na investigação terem coincidido com o período de introdução do novo regulamento de proteção de dados, o que levou as instituições que lidam com este tipo de sujeitos a alterar procedimentos e gerou um atraso nas respostas que não viabilizou a realização de mais entrevistas. Em futuros estudos pretendemos dar continuidade ao trabalho aqui iniciado, aprofundando aspetos aqui detetados que não haviam sido tidos em conta e alargando a amostra e as fontes de informação.

O facto de os diálogos a que se teve acesso pertencerem à mesma vítima que foi entrevistada, é também uma desvantagem, pois poderá ter diminuído a variabilidade temática



encontrada. A seleção do material a entregar foi também realizado pela vítima, podendo a escolha ter sido afetada por fatores de proteção pessoal ou de desejabilidade social.

Como vantagens identificam-se, desde logo, a opção pela metodologia qualitativa, que proporcionou um maior aprofundamento do fenómeno e, consequentemente, uma recolha mais rica de informação. A triangulação de fontes e de dados realizada, que possibilitou aceder a perspetivas de diferentes intervenientes e às dinâmicas e processos presentes nas interações, sendo que o estudo das diferentes partes envolvidas na interação permitiu uma melhor compreensão das variáveis envolvidas. O uso de interações reais é também uma mais valia do nosso estudo, pois uma das críticas mais recorrentes à investigação nesta área, diz respeito à utilização de materiais obtidos a partir do contacto de um ofensor com um menor não real, sendo adultos a assumirem o lugar da suposta criança.

## Referências Bibliográficas

- Abrantes, A. C. S. (2014). *O Problema do Aliciamento de Menores através da Internet para Fins Sexuais* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Albarrelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (L. Baptista, Trad.). Lisboa: Gradiva. (Obra original publicada em 1995).
- Auerbachand, C. F., & Silverstein, L. B. (2003). *Qualitative Data: An Introduction to Coding and Analysis*. New York: University Press.
- Balfe, M., Gallagher, B., Masson, H., Balfe, S., Brugha, R., & Hackett, S. (2015). Internet Child Sex Offenders' Concerns about Online Security and their Use of Identity Protection Technologies: A Review. *Child abuse review* 24(6): 427-439. doi: 10.1002/car.2308
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston: Allyn and Bacon.
- Berson, I. R. (2003). Grooming Cybervictims. *Journal of School Violence*, 2(1), 5-18, doi:10.1300/J202v02n01\_02.
- Black, P. J., Wollis, M., Woodworth, M., & Hancock, J. T. (2015). A linguistic analysis of grooming strategies of online child sex offenders: Implications for our understanding of predatory sexual behavior in an increasingly computer-mediated world. *Child Abuse & Neglect*, 1-10. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.12.004>
- Branca, C. M., Grangeia, H., & Cruz, O. (2016). Grooming online em Portugal: Um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, 34(3), 249-263. doi:10.14417/ap.978.
- Braun, V., & Clark, V. (2013). *Successful Qualitative Research. A practical guide for beginners*. London: SAGE Publications.
- Briggs, P., Simon, W. T., & Simonsen, S. (2010). An Exploratory Study of Internet-Initiated Sexual Offenses and the Chat Room Sex Offender: Has the Internet Enabled a New Typology of Sex Offender? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20(10), 1-20. doi:10.1177/1079063210384275.
- Chiang, E., & Grant, T. (2017). Online grooming: moves and strategies. *Language and*

- Law/Linguagem e Direito*, 4(1), 103-141.
- Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression*, 12 (3), pp. 287-299. doi:10.1080/13552600601069414.
- Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2007). Current responses to sexual grooming: Implication for prevention. *The Howard Journal*, 46, 60-71, <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2311.2007.00454.x>.
- Cunha, M. C. F. (2017). Crimes Sexuais Contra Crianças e Adolescentes. In *Actas das I Jornadas Nacionais sobre Violência de Género* (pp. 345-376). Porto Business School: Ordem dos Advogados/Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.
- Davidson, J., Grove-Hills, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., & Webster, S. (2011). Online abuse: Literature review and policy context. (*Project Report*) *European online grooming project*. Retirado de <http://www.scotcen.org.uk/media/22523/european-online-grooming-projectliteraturereview.pdf>.
- Deblinger, E., & Heflin, A. H. (1995). Abuso sexual infantil. In F. M. Dattilio & A. Freeman (Eds.), *Estratégias cognitivo-comportamentais para intervenção em crises: tópicos especiais* (pp. 229-253). São Paulo: Editorial Psy.
- Dombrowski, S. C., Ahia, C. E., & McQuillan, K. (2003). Protecting children through mandated child abuse reporting. *The Educational Forum*, 67, 76-85. <http://dx.doi.org/10.1080/00131720308984549>.
- Finkelhor, D. (1984). *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*. New York: Free Press/London: Collier Macmillan.
- Flick, U. (2004). Triangulation in Qualitative Research. In U. Flick, E. Kardorff, & I. Steinke (Eds.), *A Companion to Qualitative Research* (pp. 178-183). Londres: Sage Publications Ltd.
- Fonseca, R., Silva, P., & Silva, R. (2007). Acordo inter-juízes: O caso do coeficiente kappa. *Laboratório de Psicologia*, 5(1), 81-90.
- Gámez-Guadix, M., Almendros, C., Calvete, E., & Santisteban, P. (2018). Persuasion strategies and sexual solicitations and interactions in online sexual grooming of adolescents: Modeling direct and indirect pathways. *Journal of Adolescence*, 63, 11-18. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.12.002>
- Gillespie, A. (2004). Grooming definitions and the law. *The New Law Journal*, 154, 586-587.

- Habigzang, L. F., & Koller, S. (2011). Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Aspectos Conceituais e Estudos Recentes. In L. F. Habigzang, & S. Koller (Orgs.). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação profissional* (1ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Haugaard, J. J. (2000). The Challenge of Defining Child Sexual Abuse. *American Psychologist Association*, 55(9), 1036-1039. doi: 10.1037//0003-066X.55.9.1036
- Kinnear, K. L. (2007). *Childhood Sexual Abuse: a reference handbook* (2ª ed.). California: ABC – CLIO.
- Kloess, J. A., Beech, A. R., & Harkins, L. (2014). Online Child Sexual Exploitation: Prevalence, Process, and Offender Characteristics. *Trauma, Violence & Abuse*, 15(2), 126-139. doi:10.1177/1524838013511543.
- Kloess, J. A., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2017). Offense Processes of Online Sexual Grooming and Abuse of Children Via Internet Communication Platforms. *Sexual Abuse* 00(0), 1-24, doi: 10.1177/1079063217720927
- Kloess, J. A., Seymour-Smith, S., Hamilton-Giachritsis, C. E., Long, M. L., Shipley, D., & Beech, A. R. (2015). A Qualitative Analysis of Offenders' Modus Operandi in Sexually Exploitative Interactions With Children Online. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 29(6), 1-29. doi: 10.1177/1079063215612442
- Kvale, S. (2007). *Doing Interviews*. Londres: Sage Publications Ltd.
- Lanning, K. V. (2010). *Child molesters: A behavioral analysis* (5th ed.). Alexandria, VA: National Center for Missing & Exploited Children.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas* (M. J. Reis, Trad.). Instituto Piaget. (Obra original publicada em 1990).
- Malesky, L. J. (2007). Predatory online behavior: modus operandi of convicted sex offenders in identifying potential victims and contacting minors over the internet. *Journal Of Child Sexual Abuse*, 16(2), 23-32. doi:10.1300/J070v16n02\_02.
- Marcum, D. C. (2007) Interpreting the Intentions of Internet Predators: An Examination of Online Predatory Behavior. *Journal of Child Sexual Abuse*, 16(4), 99-114. doi:10.1300/J070v16n04\_06.
- McAlinden, A. M. (2013). 'Grooming' and the Sexual Abuse of Children: Implications for Sex Offender Assessment, Treatment and Management. *Sexual Offender Treatment*, 8(1), 1-13.
- McAlinden, A. M. (2006). "Setting 'em up": Personal, familial and institutional grooming

- in the sexual abuse of children. *Social and Legal Studies*, 15, 339-362. doi:10.1177/0964663906066613.
- McCarthy, J. A. (2010). Internet sexual activity: A comparison between contact and non-contact child pornography offenders. *Journal of Sexual Agression*, 16(2), 181-195.
- O'Connell, R. (2003). *A tipology of child cybersexexploitation and online grooming practices*. Cyberspace Research Unit, University of Central Lancashire. Retirado de <http://image.guardian.co.uk/sys-files/Society/documents/2003/07/17/Groomingreport.pdf>.
- Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2003). Model of Problematic Internet Use in People with a Sexual Interest in Children. *Cyberpsychology & Behavior*, 6(1), 93-106.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2008). Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In I. M. Beuren (Org.). *Elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Santisteban, P., & Gámez-Guadiz, M. (2017). Estrategias de persuasión en grooming online de menores: un análisis cualitativo con agresores en prisión. *Psychosocial Intervention*, 26, 139-146. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2017.02.001>
- Santisteban, P., Hoyo, J., Alcázar-Córcoles, M. A., & Gámez-Guadix, M. (2018). Progression, maintenance, and feedback of online child sexual grooming: A qualitative analysis of online predators. *Child Abuse & Neglect*, 80, 203-215. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.026>
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 101-111. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>.
- Shannon, D. (2008). Online sexual grooming in Sweden – online and offline sex offenses against children as described in Swedish police data. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 9(2), 160–180. doi:10.1080/14043850802450120.
- Silva, J. M. A. (2016). *Cibercrime: O Crime de Pornografia Infantil na Internet* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra.
- Suler, J. (2004). The Online Disinhibition Effect. *Cyberpsychology & Behavior*, 7(2), 321-326.
- United Nations Children's Fund. (2014). *Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of*

- violence against children*. UNICEF: New York.
- United Nations Children's Fund. (2017). *The State of the World's Children 2017: Children in a Digital World*. Retirado de [https://www.unicef.org/publications/index\\_101992.html](https://www.unicef.org/publications/index_101992.html)
- Wachs, S., Wolf, K. D., & Pan, C. (2012). Cybergrooming: Risk factors, coping strategies and associations with cyberbullying. *Psicothema*, 24(4), 628-633.
- Walliman, N. (2005). *Your research project* (2.<sup>a</sup> ed). Londres: SAGE Publications.
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 821-838. <https://doi.org/10.1177/088626099014008003>
- Webster, S., Davidson, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T. ... Grove-Hills, J. (2012). *European Online Grooming Project Final Report*. European Union. <http://www.european-online-grooming-project.com/>.
- Whittle, H., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2014). "Under His Spell": Victims' Perspectives of being Groomed Online. *Social Sciences*, 3, 404-426. doi:10.3390/socsci3030404
- Whittle, H., Hamilton-Giachritsis, C., Beech, A., & Collings, G. (2013). A review of online grooming: Characteristics and concerns. *Agression and Violent Behaviour*, 18, 62-70. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2012.09.003>.
- Williams, R., Elliott, I. A., & Beech, A. R. (2013). Identifying sexual grooming themes used by Internet sex offenders. *Deviant Behavior*, 34, 135-152. doi:10.1080/01639625.2012.707550.
- Winters, G. M., & Jeglic, E. L. (2016). Stages of Sexual Grooming: Recognizing Potentially Predatory Behaviors of Child Molesters. *Deviant Behavior*, 1-10, doi: 10.1080/01639625.2016.1197656
- Wolak, J., & Finkelhor, D. (2013). Are Crimes by Online Predators Different From Crimes by Sex Offenders Who Know Youth In-Person? *Journal of Adolescent Health*, 53, 736-741. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.06.010>
- Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. (2004). Internet-initiated Sex Crimes against Minors: Implications for Prevention Based on Findings from a National Study. *Journal of Adolescent Health*, 35(5), 11-20. doi:10.1016/j.jadohealth.2004.05.006
- Wolak, J., Finkelhor, D., Mitchell, K. J., & Ybarra, M. L. (2008). Online "Predators" and Their Victims: Myths, Realities, and Implications for Prevention and Treatment. *American Psychological Association*, 63(2), 111-128. doi:10.1037/0003-066X.63.2.111

World Health Organization (1999). *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention*.

Retirado de <http://apps.who.int/iris/handle/10665/65900>

Zyzanski, S. J., Mcwhinney, I. R., Blake, R., Crabtree, B. F, & Miller, W. L. (1992).

Qualitative Research: Perspectives on the Future. In B. F. Crabtree & W. L. Miller (Eds.). *Doing Qualitative Research*. Newbury park, California: Sage Publications.

## Anexo 1 – Termo de Consentimento Informado

O objetivo deste estudo é explorar os tipos de contactos estabelecidos *online* (através da internet, redes sociais, chat, etc), em particular os que são mantidos com menores de idade, procurando conhecer os tipos de contactos, meios utilizados, características, dinâmicas e motivações subjacentes. Pretende-se, assim, compreender como essa comunicação se iniciou e desenrolou e as especificidades a ela associadas.

As informações obtidas através desta entrevista serão unicamente utilizadas para fins científicos e serão trabalhadas em conjunto, não se procedendo à identificação individual de nenhum/a participante. Os dados pessoais por si fornecidos são confidenciais. Os resultados da investigação poderão ser usados no âmbito da docência e da formação profissional, podendo ser publicados em formato de tese, livro ou artigo científico ou apresentados em conferências/eventos científicos.

Desde já agradecemos a sua participação.

*Eu, abaixo assinado, declaro que tomei conhecimento dos objetivos e procedimentos deste estudo, realizado no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, sobre a temática do contacto online com menores, desenvolvido por Cristiana Barbosa, sob supervisão científica da Prof<sup>a</sup>. Doutora Celina Manita, e que compreendi as explicações que me foram fornecidas acerca da investigação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e obtive resposta satisfatória para elas, tendo-me sido dado tempo para refletir sobre a minha participação. Compreendo que a minha participação é inteiramente voluntária e que poderei desistir de colaborar a qualquer momento, sem que isso acarrete nenhuma consequência para mim.*

*Assim sendo, declaro que aceito livremente participar neste estudo.*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_



## Anexo 2 – Guião de Entrevista (Ofensores)

1. Costuma utilizar regularmente a internet? Que meios utiliza para aceder (por ex. telemóvel, computador)?
2. Faz parte de alguma rede social (por ex. Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp) ou participa em grupos de chat? Com que frequência costuma aceder?
3. Utiliza as redes sociais para comunicar com outras pessoas? Quais?
4. Como seleciona, se seleciona, as pessoas com quem interage *online*? Aceita desconhecidos?
5. Tem ou já teve amigos/contactos *online* com menores de idade?
6. Como é que esse contacto surgiu?
7. Que razões o levaram a iniciar/aceitar o contacto com essa(s) pessoa(s) em particular? Procurou alguma característica em especial?
8. Preparou-se ou teve em conta algum aspeto específico antes de estabelecer o contacto? Como procedeu?
9. Que conteúdos foram abordados nas conversas?
10. Alguma vez foram abordados temas de cariz sexual? Como é que estes temas surgiram? Em que momento do diálogo?
11. Será que pode especificar um pouco o que foi falado? Existiram trocas de imagens ou de outro tipo de conteúdos?
12. Como manteve a outra parte interessada no diálogo/nas trocas consigo? Usou alguma estratégia?
13. O que pretendia com estes temas? Que objetivos tinha?
14. Estas temáticas foram abordadas com raparigas, rapazes ou ambos? Que idades tinham?
15. Estas temáticas foram abordadas apenas com menores de idade? Se sim, que razões o levaram a optar por esta faixa etária?
16. Como caracteriza a relação estabelecida?
17. Não tinha receio de que os menores revelassem a alguém as conversas que tinham consigo? Adotou algumas estratégias para impedir esta denúncia?
18. Tem ideia com quantos menores contactou e da duração desses contactos? Contactava com vários simultaneamente ou apenas com um de cada vez?
19. O contacto estabelecido foi sempre através das mensagens escritas ou existiram outras formas de contacto (Ex: chamada de voz, chamada de vídeo)?

20. Alguma vez se encontrou ou tentou encontrar-se pessoalmente com algum dos menores com quem contactou? Se sim, com que intenção o fez?
21. Ainda mantém esses contactos? Se não:
- a. Porquê e como é que terminaram? Se ocorreu denúncia, quem denunciou?
  - b. O facto de as ações praticadas constituírem um crime perante a lei portuguesa contribuiu para a cessação desses contactos?
  - c. Alguma vez sentiu necessidade de parar ou tentou parar?
22. Alguma vez teve contactos direto de cariz sexual com menores antes de estabelecer contactos *online*? Se sim, que idade tinham os menores?
23. Costuma assistir a pornografia? Alguma vez viu, descarregou, partilhou, recebeu e/ou produziu pornografia infantil?

**Dados:** Idade, Sexo, Habilitações Literárias, Profissão, Estado Civil, Existência de filhos e respectivas idades, Carreira criminal/judicial (com antecedentes criminais ou não, se sim, primário ou reincidente, tipos de delitos, condenações), Orientação Sexual.

### Anexo 3 – Guião de Entrevista (Vítimas)

1. Costuma utilizar regularmente a internet? Que meios utiliza para aceder (por ex. telemóvel, computador)?
2. Faz parte de alguma rede social (Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp) ou participa em grupos de chat? Com que frequência costuma aceder?
3. Que idade tinha quando acedeu pela primeira vez a uma rede social? Qual foi? Que tipo de publicações realizava?
4. Utilizava as redes sociais para comunicar com outras pessoas? Como seleccionava as pessoas com quem interagia?
5. Alguma vez existiu um contacto *online* com pessoas maiores de idade?
6. Como é que esse contacto surgiu?
7. Que razões levaram a iniciar/aceitar o contacto com essa(s) pessoa(s) em particular? Sabia que eram maiores de idade ou foram usadas estratégias para esconder a identidade?
8. Que conteúdos foram abordados nas conversas?
9. Alguma vez foram abordados temas de cariz sexual? Como é que estes temas surgiram? Em que momento da interação?
10. Será que pode especificar um pouco o que foi falado? Existiram trocas de imagens ou de outro tipo de conteúdos?
11. Que estratégias acha que foram utilizadas para a levar a cumprir as solicitações?
12. O contacto estabelecido foi sempre através de mensagens escritas ou existiram outras formas de contacto (Ex: chamada de voz, chamada de vídeo)?
13. Alguma vez alguém se tentou encontrar pessoalmente consigo? Chegou a acontecer?
14. Alguma vez lhe disseram que não podia contar a ninguém sobre as conversas que tinham? Alguma vez ameaçaram ou ofereceram presentes?
15. Como caracterizaria a relação estabelecida?
16. Como é que os contactos terminaram?
17. Costuma assistir a pornografia? Alguma vez viu, descarregou, partilhou, recebeu e/ou produziu pornografia infantil?

#### Anexo 4 – Grelha de Análise de Conteúdo dos Dados

**Temática:** Utilização da Internet

<b>Conectividade</b>	Regular		
<b>Meios de Acesso</b>	Vários Meios de Acesso	Computador	
		Telemóvel	
		Facebook	
		Instagram	
	Utilizadas para o Contacto com as	MSN/Skype	
	Vítimas	Sites de Chat	Facilidade de Acesso
		Messenger	
<b>Plataformas de Comunicação</b>		Kik	
	Não Utilizadas para o Contacto	WhatsApp	
	com as Vítimas	Snapchat	
	Extensão do Contacto	Continuidade	
		Privacidade	

**Temática:** Modus Operandi – Proteção da Identidade

Alteração da Identidade	Fotografia de Perfil	Com Alteração	Sem Fotografia
			Fotografia de Outra Pessoa
			Outra Imagem
	Nome	Sem Alteração	
		Com Alteração	Diferente do seu
		Sem Alteração	
	Idade	Com Alteração	
		Sem Alteração	
Distinção entre Contas			
Distinção entre Aparelhos			
Distinção entre Plataformas de Comunicação			

**Temática:** Modus Operandi – Seleção das Vítimas

---

Sites de Chat

**Plataformas de Comunicação**

Amigos Virtuais

Facebook

Grupos

---

Idade

**Critérios de Seleção**

Género

Vulnerabilidade

Publicações Facebook

---

**Temática:** Modus Operandi – Interação

<b>Agente de Iniciação</b>	Ofensor	
<b>Objetivos</b>	Contacto Pessoal	
	Contacto Online	
<b>Estratégias para se tornar mais Apelativo</b>	Alteração do Perfil	
	Adaptação da Linguagem	Adaptação ao Idioma
		Adaptação ao Calão Juvenil
	Adaptação às Preferências	
<b>Estilos de Abordagem</b>	Direto	
	Indireto	
	Impacto	Duração da Interação
<b>Temáticas Sexuais</b>	Introdução	Questões sobre Relacionamentos
		Questões sobre a

Estratégias para a Manutenção da Relação	Experiência Sexual			
	Desenvolvimento	Normalização	Sexo como Sinónimo de Afeto	
			Envio de Pornografia de Menores	
		Comportamentos Sexualizados		
		Romantismo		
		Solicitações	Troca de Conteúdos	Fotografias
				Vídeos
	Outras Formas de Contacto		Videochamadas	
			Encontros	
			Telemóvel	
	Participação em Grupos			
	Valorização			
	Demonstração de Interesse			
Disponibilidade				
Preocupação				
Criação de um Sentimento de Segurança				



	Recolha de Informação	Deteção de Vulnerabilidades	Correspondência à Necessidade
			Criação da Necessidade
<b>Estratégias Direcionadas para a Obtenção de Fins Específicos</b>	Congruência de Experiências		
	Suporte Emocional		
	Isolamento		
		Pedir Segredo	
	Manutenção do Segredo	Ofertas	
		Ameaças	
		Manipulação Psicológica	
	Ofertas/Privilégios		
	Valorização		
	Ameaças	Consequências	
<b>Término</b>	Manipulação Psicológica		
	Cessaçãopela Vítimas	Retaliação	
		Insistência	
	Cessaçãopelo Ofensor	Motivo	
	Intervenção pelas Autoridades Policiais		

**Temática:** Percepções e Significados

Percepções Relativas à Potencial Vítima	Facilidade na Obtenção de Respostas	Opção por Chats Brasileiros			
	Possibilidade de Estar a Ser Ludibriado				
	Distinção entre Menores e Adultos				
Percepções Acerca do Próprio Comportamento	Trajetória Relativa à Pornografia de Menores	Procura de Conteúdos Sexuais	Facilidade de Acesso	Partilha de Pornografia de Menores	“Vício”
	Trajetória Relativa ao Contacto Online com Menores	Ociosidades	Iniciação nos Chats	Incontrolabilidade do Comportamento	Persistência
					Desejo de Saída
					Dimensão do Comportamento
	Consciência do Carácter Criminal	Receio			

<b>Cognições e Racionalizações</b>	das Ações	
	Distinção entre Mundos	
	Atribuição Externa da Responsabilidade	
	Atribuição Interna da Responsabilidade	
	Atribuição de um Carácter Pedagógico ao Comportamento	
	Distorções Cognitivas	Minimização do Dano
		Direito à Sexualidade
		Incontrolabilidade do Impulso Sexual